

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclassificado		Reclassificado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.054	230.222	572.378	895.868
Títulos a receber	6	3.402	1.121	4.530	4.165
Ativo financeiro indenizável	15				797
Consumidores e concessionárias	5			1.352.308	963.226
Impostos e contribuições sociais	7	105.289	95.958	404.812	519.210
Partes relacionadas	9	10.698	15.638	359	
Dividendos a receber	28	183.043	208.019		
Estoques	10			109.609	68.077
Cauções e depósitos vinculados	11	222	222	24.856	10.107
Despesas pagas antecipadamente		63	198	957	4.887
Rendas a receber				6.150	4.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	37	19.806	33.011	19.806	33.011
Outros créditos	13	1.789	598	222.896	161.837
		423.366	584.987	2.718.661	2.666.010
Não circulante					
Títulos a receber	6	20.602	21.018	21.324	23.897
Ativo financeiro indenizável	15			690.278	482.285
Consumidores e concessionárias	5			40.294	63.657
Impostos e contribuições sociais	7			63.770	38.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8			749.871	791.997
Partes relacionadas	9	153.771	73.441	69.488	2.223
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	12	195.400	10.237		
Cauções e depósitos vinculados	11	12.213	8.979	244.650	245.635
Despesas pagas antecipadamente					496
Outros créditos	13	14.291	13.012	46.327	39.811
		396.277	126.687	1.926.002	1.688.185
Investimentos	14	4.392.502	4.168.961	96.541	32.896
Propriedades para investimentos	16			4.127	4.186
Imobilizado	17	5.004	3.113	6.259.530	5.659.533
Intangível	18	1.670	856	3.424.982	3.565.143
		4.399.176	4.172.930	9.785.180	9.261.758
Total do ativo		5.218.819	4.884.604	14.429.843	13.615.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclassificado		Reclassificado
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	19	7.897	6.446	1.033.442	703.742
Impostos e contribuições sociais	7	44.623	40.203	502.642	551.130
Dividendos	28	113.393	115.631	201.472	192.612
Debêntures	20			435.535	107.923
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			365.206	471.798
Benefícios pós-emprego	22		6	35.498	30.035
Obrigações estimadas com pessoal	23	11.364	8.407	67.660	59.164
Encargos regulamentares e setoriais	24			205.108	275.374
Uso do bem público	25			21.953	20.184
Provisões	26	6.429	5.108	56.443	162.127
Outras contas a pagar	13	4.742	5.390	141.156	114.349
		188.448	181.191	3.066.115	2.688.438
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais	7	43.879	44.466	111.855	136.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.908	2.828	387.391	468.710
Debêntures	20	460.674		1.052.633	860.637
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			2.427.454	2.173.228
Benefícios pós-emprego	22			491.344	262.412
Partes relacionadas	9	768	109		
Encargos regulamentares e setoriais	24			17.071	7.035
Uso do bem público	25			242.140	231.139
Provisões	26	31.569	25.250	182.507	182.568
Provisão para passivo a descoberto	14	27.781	25.482	1.455	1.587
Reserva para reversão e amortização	2.2.s			17.248	17.248
Outras contas a pagar	13	449	264	82.427	38.496
		567.028	98.399	5.013.525	4.379.877
Patrimônio Líquido					
Capital social	27.1	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital	27.3	144.540	95.598	144.540	95.598
Reservas de lucros	27.3	1.194.422	1.379.110	1.194.422	1.379.110
Outros resultados abrangentes	27.3.2	(51.721)	(45.796)	(51.721)	(45.796)
Ações em tesouraria		(6.614)	(6.614)	(6.614)	(6.614)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		4.463.343	4.605.014	4.463.343	4.605.014
Participações de não controladores	27.4			1.886.860	1.942.624
Total do patrimônio líquido		4.463.343	4.605.014	6.350.203	6.547.638
Total do passivo e patrimônio líquido		5.218.819	4.884.604	14.429.843	13.615.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receitas	29	1.777	1.384	6.567.283	5.705.409
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda				(3.499.543)	(2.302.822)
Encargos de uso da rede elétrica				(737.216)	(651.398)
		-	-	(4.236.759)	(2.954.220)
Custo da produção da energia elétrica					
Custo da matéria prima consumida				(5.533)	
		-	-	(5.533)	-
Custo de operação	30				
Pessoal				(189.407)	(167.551)
Materiais e serviços de terceiros				(230.179)	(222.686)
Depreciações e amortizações				(273.931)	(261.194)
Outros custos de operação				(13.525)	(36.090)
		-	-	(707.042)	(687.521)
		-	-	(4.949.334)	(3.641.741)
				(243.492)	(309.295)
Custo do serviço prestado a terceiros		1.777	1.384	1.374.457	1.754.373
Lucro bruto					
Despesas e Receitas operacionais	30				
Despesas com vendas		(484)	(1.430)	(11.827)	(41.825)
Despesas gerais e administrativas		(49.523)	(67.642)	(305.583)	(310.908)
Depreciações e amortizações		(6.209)	(12.192)	(66.486)	(84.395)
Outras despesas e receitas operacionais		(16.443)	12.479	(17.501)	(125.266)
		(72.659)	(68.785)	(401.397)	(562.394)
		(70.882)	(67.401)	973.060	1.191.979
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		436.505	569.951	(2.898)	(3.482)
Resultado das participações societárias	14.1	27.085	30.647	191.962	210.256
Receitas financeiras	31	(49.821)	(44.278)	(437.672)	(493.699)
Despesas financeiras	31	(22.736)	(13.631)	(245.710)	(283.443)
Resultado financeiro		342.887	488.919	724.452	905.054
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.243)	(354)	(146.327)	(234.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			2.149	(44.588)	21.249
	32	(1.243)	1.795	(190.915)	(213.338)
Resultado líquido do exercício		341.644	490.714	533.537	691.716
Atribuível aos acionistas controladores		341.644	490.714	341.644	490.714
Atribuível aos acionistas não controladores				191.893	201.002
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais / Ação)		0,71838	1,03183	0,71838	1,03183
ON					
Resultado diluído por ação (Reais / Ação)		0,71838	1,03183	0,71838	1,03183
ON					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
				Reclassificado
Resultado líquido do exercício	341.644	490.714	533.537	691.716
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(237.365)	(80.270)	(237.405)	(80.424)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.707)	5.018	(2.707)	5.018
Hedge de fluxos de caixa	(6.270)	(31.565)	(6.270)	(31.565)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83.756	36.317	83.770	36.369
Resultado Abrangente do exercício	179.058	420.214	370.925	621.114
Atribuível aos acionistas controladores	179.058	420.214	179.058	420.214
Atribuível aos acionistas não controladores			191.867	200.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
				Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	342.887	488.919	724.452	905.054
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			9.002	37.243
Ativo financeiro indenizável - baixa			8.701	9.071
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(102.439)	
Depreciações e amortizações	6.213	12.192	342.583	345.894
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	46	71	32.566	44.817
Despesas pagas antecipadamente			2.727	1.712
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			5.006	6.136
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.302	(633)	260.390	360.984
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			32.028	34.214
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			30.491	23.890
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	7.640	14.526	55.658	126.448
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			1.638	1.012
Ajuste a valor presente			4.156	(1.155)
Participações societárias	(436.505)	(569.951)	2.898	3.482
Ganho gerado sobre mais valia concessão				(10.184)
Provisão para perdas com investimentos	(20.978)	2.300	(20.978)	2.300
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária			53.251	52.717
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(13.713)	(17.288)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			3.898	4.934
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente			(521)	
Outros	(4.425)		5.353	(9.681)
	<u>(94.820)</u>	<u>(52.576)</u>	<u>1.437.147</u>	<u>1.921.600</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias			(401.263)	(79.157)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(9.331)	14.110	(60.599)	13.440
Estoques			(49.431)	(39.503)
Cauções e depósitos vinculados	(3.234)	(286)	(57)	(1.692)
Despesas pagas antecipadamente	135	(8)	1.698	(904)
Rendas a receber			(1.325)	(238)
Títulos a receber			4.191	3.567
Outros ativos operacionais	(2.603)	(1.525)	(64.233)	2.330
	<u>(15.033)</u>	<u>12.291</u>	<u>(571.019)</u>	<u>(102.157)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	1.451	3.076	325.387	73.446
Outros tributos e contribuições sociais	14.617	361	34.454	(5.932)
Benefícios pós-emprego			(33.529)	(28.707)
Obrigações estimadas com pessoal	2.957	3.633	7.805	8.162
Encargos regulamentares e setoriais			(50.402)	(8.601)
Provisões		(12.398)	(66.537)	(48.777)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27			(74)	(56.878)
Outros passivos operacionais	(469)	595	(6.026)	(7.620)
	<u>18.556</u>	<u>(4.733)</u>	<u>211.078</u>	<u>(74.907)</u>
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(91.297)</u>	<u>(45.018)</u>	<u>1.077.206</u>	<u>1.744.536</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos			(151.492)	(264.688)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(91.297)</u>	<u>(45.018)</u>	<u>925.714</u>	<u>1.479.848</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) ao investimento	61.430		53.307	(283.918)
Dividendos recebidos	521.330	535.595		
Títulos recebidos	2.861	1.121		
Adições ao imobilizado, intangível e ativo financeiro indenizável	(3.247)	(1.897)	(873.415)	(778.401)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda				8.907
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	<u>582.374</u>	<u>534.819</u>	<u>(820.108)</u>	<u>(1.053.412)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(74.731)	27.451	(1.298)	1.385
Cauções e depósitos vinculados			4	(270)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(644.638)	(235.264)	(66.345)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(352.346)	(337.578)	(527.962)	(488.955)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	449.470		1.360.110	908.376
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures			(841.817)	(840.575)
Encargos de dívidas líquido de derivativos			(236.519)	(218.881)
Contraprestação contingente			(96.011)	
Uso do bem público			(19.258)	(18.097)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(622.245)</u>	<u>(545.391)</u>	<u>(429.096)</u>	<u>(657.017)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(131.168)</u>	<u>(55.590)</u>	<u>(323.490)</u>	<u>(230.581)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	99.054	230.222	572.378	895.868
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	230.222	285.812	895.868	1.126.449
	<u>(131.168)</u>	<u>(55.590)</u>	<u>(323.490)</u>	<u>(230.581)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2011	3.182.716	95.598	1.311.052	(6.614)	(28.274)	-	4.554.478	1.900.643	6.455.121
Dividendo adicional aprovado em 07/04/2011			(238.678)				(238.678)		(238.678)
Resultado líquido do exercício						490.714	490.714	181.392	672.106
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			24.536			(24.536)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(131.000)	(131.000)	(139.309)	(270.309)
Dividendo adicional proposto			239.249			(239.249)	-		-
Reserva de retenção de lucros			95.929			(95.929)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(80.270)		(80.270)	(154)	(80.424)
Ativos financeiros disponíveis para venda					5.018		5.018		5.018
Hedge de fluxos de caixa					(31.565)		(31.565)		(31.565)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					36.317		36.317	52	36.369
Transferência para Reserva de lucros			(52.979)		52.979		-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.182.716	95.598	1.379.109	(6.614)	(45.795)	-	4.605.014	1.942.624	6.547.638
Reservas de capital		48.942					48.942	(48.942)	-
Dividendo adicional aprovado - AGO 10/04/2012			(239.249)				(239.249)		(239.249)
Resultado líquido do exercício						341.644	341.644	191.893	533.537
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			17.082			(17.082)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(130.422)	(130.422)	(198.689)	(329.111)
Dividendo adicional proposto			194.140			(194.140)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(237.365)		(237.365)	(40)	(237.405)
Ativos financeiros disponíveis para venda					(2.707)		(2.707)		(2.707)
Hedge de fluxos de caixa					(6.270)		(6.270)		(6.270)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					83.756		83.756	14	83.770
Transferência para Reserva de lucros			(156.660)		156.660		-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.182.716	144.540	1.194.422	(6.614)	(51.721)	-	4.463.343	1.886.860	6.350.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
		Reclassificado		Reclassificado
Geração do valor adicionado	27.874	13.789	10.601.607	9.169.172
Receita operacional	1.961		9.459.758	8.372.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(9.640)	(37.256)
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.247	1.897	662.297	417.290
Receita de Construção			235.736	303.747
Outras receitas	22.666	11.892	253.456	112.496
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(51.439)	(42.391)	(6.145.587)	(4.583.832)
Custos da energia comprada			(3.881.895)	(2.588.773)
Encargos de uso da rede elétrica			(808.979)	(717.825)
Materiais	(4.813)	(1.952)	(260.689)	(245.904)
Serviços de terceiros	(29.582)	(24.375)	(747.570)	(522.312)
Custo com construção da infraestrutura			(235.736)	(303.747)
Outros custos operacionais	(17.044)	(16.064)	(210.718)	(205.271)
Valor adicionado bruto	(23.565)	(28.602)	4.456.020	4.585.340
Retenções				
Depreciações e amortizações	(6.209)	(12.192)	(351.865)	(375.022)
Valor adicionado líquido produzido	(29.774)	(40.794)	4.104.155	4.210.318
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	27.085	30.647	205.952	245.015
Participações dos não controladores			(174.109)	(181.392)
Resultado da equivalência patrimonial	436.505	569.951	(2.898)	(3.482)
Valor adicionado total a distribuir	433.816	559.804	4.133.100	4.270.459
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	24.959	12.933	217.986	186.429
Benefícios	3.648	3.276	64.751	57.404
FGTS	2.058	1.880	24.989	17.471
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	25.784	21.869	1.308.532	1.385.833
Estaduais	566	215	1.587.154	1.485.734
Municipais	492	164	6.121	5.357
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	30.711	25.908	531.804	596.980
Aluguéis	3.954	2.845	32.335	24.927
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	130.422	131.000	130.422	131.000
Partes beneficiárias			17.784	19.610
	222.594	200.090	3.921.878	3.910.745
Lucros retidos	211.222	359.714	211.222	359.714
	433.816	559.804	4.133.100	4.270.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia ou Energias do Brasil ou Controladora), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas (denominadas Grupo):

Empresas	Consolidação	% Participação			
		31/12/2012		31/12/2011	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição					
Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante)	integral	100,00		100,00	
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	integral	100,00		100,00	
Geração					
Energest S.A. (Energest)	integral	100,00		100,00	
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	integral		51,00		51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	integral		100,00		100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	integral		100,00		100,00
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	integral	55,86		55,86	
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	integral	100,00		100,00	
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	integral		100,00		100,00
Investco S.A. (Investco)	integral		40,78		40,78
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	integral	60,00		60,00	
Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde)	integral	92,00		92,00	
EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis)	por equivalência patrimonial	45,00		45,00	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	proporcional	50,00		50,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	proporcional	50,00		50,00	
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	proporcional	50,00		50,00	
Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaee)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Elebrás Projetos S.A. (Elebrás)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Feijão I)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. (Feijão II)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. (Feijão III)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. (Feijão IV)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Aventura S.A. (Aventura)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		
Comercialização					
EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Comercializadora)	integral	100,00		100,00	
Transmissão					
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	integral			100,00	
Outras					
Enercouth S.A. (Enercouth)	integral	100,00		100,00	
Escelsa Participações S.A. (Escelsapar)	integral	100,00		100,00	
Omega Engenharia e Assessoria Ltda (Omega)	integral	100,00		100,00	

1.1 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permisões de geração, distribuição e de transmissão de energia:

1.1.1 Em operação

Empresas	Usina	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Concessão / Autorização / Registro	
					Início	Término
Distribuição						
Bandeirante		SP			23/10/1998	23/10/2028
Escelsa		ES			17/07/1995	17/07/2025
Geração						
Energest	UHE's Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito/ PCH's Viçosa e São João	ES / MG	295,03	191,12	17/07/1995	19/05/2029
Pantanal	CGH's Coxim, São João I e São João II/ PCH Paraíso I/ UHE Assis Chateaubriand	MS	52,76	34,78	04/12/1997	23/12/2029
Santa Fé	PCH Francisco Gros	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031
Costa Rica	PCH Costa Rica	MS	16,00	11,67	05/11/2001	05/11/2031
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033
Cenaee	UEE's Horizonte e Água Doce	SC	6,21	1,51	12/08/2002	11/12/2032
Elebrás	UEE Elebrás Cidreira I	RS	31,50	10,86	05/09/2002	05/09/2032

1.1.2 Em fase de construção

Empresas	Usina	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Concessão / Autorização / Registro	
					Início	Término
Geração						
(*) Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	CE	180,07	157,75	01/07/2008	01/07/2043
ECE Participações	UHE Santo Antônio do Jari	PA / AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

(*) Refere-se a unidade geradora UG1 da controlada em conjunto Porto do Pecém, vide nota 3.1

Distribuição

Contratos de Concessão das controladas Bandeirante e Escelsa

As principais obrigações estipuladas nos contratos de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Bandeirante e Escelsa.

Bandeirante e Escelsa: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pelo Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

Geração

Contratos de Concessão da controlada Energest

Contratos de concessão da Controladora (UHE's Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito)

O prazo das concessões das UHEs da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 20 do artigo 40 da Lei nº 9.074/95, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/04, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/98, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/02, com redação dada pelas Leis nº 10.604/02 e nº 10.848/04.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contrato de Concessão da controlada Pantanal (UHE Assis Chateaubriand)

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

Na exploração das usinas hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato estabelece, para comercialização de energia, que a concessionária aplique as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e atenda a disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor elétrico após a assinatura do respectivo contrato. As tarifas são reajustados com periodicidade anual.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Autorizações da Controladora (PCH's Viçosa e São João), das Controladas Santa Fé (Francisco Gros), Pantanal (Paraíso) e Costa Rica

O prazo das autorizações das PCH's vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração das PCH's, as autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Ao final do prazo desta Autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Registros da Controlada Pantanal (CGH's Coxim, São João I e II)

Os aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW são denominadas Centrais geradoras hidrelétricas – CGHs, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas obter o registro junto a ANEEL, conforme o art. 8º da Lei nº 9.074/95. O registro vigorará por prazo indefinido em regime precário conforme artigo 22 da Resolução ANEEL nº 395/98.

A energia elétrica produzida pelas CGHs destina-se à comercialização exclusiva no mercado regulado.

Contratos de Concessão da controlada Investco

A Investco detém o direito de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MW, representando uma potência total instalada de 902,5MW e assegurada de 701,4MW.

Da potência e energia asseguradas, a Investco deverá destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Investco não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria da mesma.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do contrato de concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no citado contrato.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no contrato de concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no contrato de concessão, a Investco tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Investco recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contratos de Concessão da controlada ECE Participações

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, através do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/10.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190 MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2044.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a ECE Participações recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$574, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contratos de Concessão da controlada Enerpeixe

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de suas assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo do contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública referente a exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizadas a Enerpeixe terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que contemplem os valores contratados e/ou utilizados de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação mediante indenização prévia dos bens ainda não depreciados que tenham sido realizados pelas concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os Investimentos realizados pelas concessionárias durante a vigência do contrato ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente consistentes com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

As controladas diretas e indiretas e as controladas em conjunto são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuarão sendo consolidadas até a data que cessará tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo, instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos disponíveis para venda mensurados a valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 5)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, e compreendem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias, distribuidoras e empresas de comercialização de energia livre, bem como a estimativa da receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 5.4);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1);

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: Residencial há mais de 90 dias, Comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias. Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 15)

As controladas Bandeirante e Escelsa reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques (Nota 10)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços e o carvão mineral da controlada em conjunto Porto do Pecém são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Investimentos (Nota 14)

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo Grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• **Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• **Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

• **Controladas em conjunto**

Os acordos de "joint venture" que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Qualquer ágio resultante da aquisição da participação da Companhia em uma controlada em conjunto é contabilizado de acordo com a política contábil da Companhia com relação ao ágio resultante de uma combinação de negócios.

Outros investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

• **Direito de concessão**

Conforme o ICPC 09 os Direitos de Concessão são classificados como investimentos líquidos dos impostos diferidos, na controladora.

e) Propriedades para investimentos (Nota 16)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional das controladas e pelos quais se auferem uma renda, são avaliados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente (Notas 15 e 18)

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável, Imobilizado e Intangível, devido a implementação dos CPCs e estão abaixo descritos:

Ativos vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Imobilizado (Nota 17)

São registrados em Imobilizado todos os ativos tangíveis das geradoras e apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão das distribuidoras. São contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração; iii) os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso; iv) nas geradoras térmicas e eólicas, pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; e v) deduzidos da depreciação acumulada e perdas na redução ao valor recuperável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisados os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Intangível (Nota 18)

Os intangíveis compreendem:

- Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. O aproveitamento do ágio é registrado pelo prazo remanescente da concessão.
- Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, em contrapartida a pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contrato assinado entre as partes. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final dos contratos de concessão e amortizado de acordo com os prazos desses contratos.
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros pelo prazo de concessão das companhias.
- Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são avaliados anualmente para fins de imparidade, conforme nota 2.2.j abaixo.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

i) Licenças ambientais (Notas 18 e 26)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

j) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do Imobilizado, Propriedade para investimento e Intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

k) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

l) Fornecedores (Nota 19)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

m) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 20 e 21)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de swap foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

n) Provisões (Nota 26)

Contingências (Nota 26.1)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base térmica e eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Contraprestação contingente (Nota 26.3)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva e variações no valor justo.

o) Uso do bem público (Nota 25)

É um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, calculados até o final dos contratos de concessão e reconhecidos a valores presentes pelas taxas implícitas nos respectivos contratos.

p) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

q) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 32)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas indiretas Costa Rica, Pantanal e Santa Fé conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente e, na Controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

Em 23 de março de 2010, a controlada Escelsa obteve, junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005.

Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

A Reserva de incentivos fiscais na controlada Enerpeixe, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

r) Benefícios pós-emprego (Nota 22)

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas nas notas 22.1, 22.2, 22.3, 22.4 e 22.5.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas pelo CPC 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

s) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a., pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

t) Capital social (Nota 27)

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

u) Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 28)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

v) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que estão reconhecidos no resultado.

w) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente, e para avaliação de imparidade que é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; Planos de benefícios pós-emprego; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Provisões para desmantelamento; Provisão para contraprestação contingente; e Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis.

x) Instrumentos financeiros (Nota 34)

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia e/ou suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são contratos que possuem as seguintes características:

- a) seu valor se altera em função das variações de mercado que influenciam taxas de juros, cotações de câmbios, preços de *commodities*, etc;
- b) não necessita de investimento inicial líquido ou o investimento inicial é bem inferior ao que seria exigido para contratos similares no mercado; e
- c) sempre será liquidado em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*)

A Companhia e suas controladas, passaram a qualificar, desde de 2008, determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

A Companhia e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

Desreconhecimento

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

y) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

z) Combinação de Negócios e Ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

O ágio não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

aa) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

ab) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como os contratos de concessão das distribuidoras do Grupo têm tais características, então esta interpretação é aplicável. Já os contratos das geradoras do Grupo apresentam características distintas, portanto a interpretação não é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Na Distribuição aplica-se o modelo bifurcado por ser remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

ac) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

ad) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 14.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados;
- A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha;
- Quando uma controlada da Companhia realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto;
- As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho é reconhecido nos resultados do exercício.

A controlada em conjunto Porto do Pecém é consolidada pelo método proporcional desde 14 de outubro de 2008 (Nota 2.6.1);

A controlada em conjunto Porto do Pecém Transportadora de Minérios é consolidada pelo método proporcional desde 29 de abril de 2011 (Nota 2.6.2); e

A controlada em conjunto Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica é consolidada pelo método proporcional desde 1º de junho de 2011 (Nota 2.6.3).

2.4 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo (Nota 38).

2.5 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 11 – Negócios em Conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em *Joint Ventures*, e aborda como deve ser classificada uma participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto. Esta norma define que os acordos de participação são classificados como operações conjuntas (reconhecimento de ativos e passivos) ou joint ventures (método da equivalência patrimonial), conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e encontra-se em fase de avaliação dos impactos por parte da Administração da Companhia.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013

CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto (IFRS 11)

As principais alterações incluíram compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRS 11 – *Joint Arrangements*, a sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013, e alteram do Pronunciamento original principalmente quanto a eliminação da opção de se consolidar os denominados investimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e a diferenciação entre uma controlada em conjunto e acordos de operação conjunta, como definidos no Pronunciamento. A Administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos da norma.

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do “método do corredor” passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros Resultados Abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia e suas controladas desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são com relação ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

Nas controladas Escelsa, Energest e Investco os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R\$29.766 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$26.996, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$2.770 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 14 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 (R3) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (IAS 11)

A revisão desse pronunciamento não altera a essência da versão original. Foram realizadas apenas algumas compatibilizações de texto no sentido de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS.

CPC 18 (R2) Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendadora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 01 de janeiro de 2015.

ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12)

As principais mudanças são no sentido de dar clareza aos itens da Interpretação bem como renomeação de alguns subtítulos. Os parágrafos 28 a 30 que tratavam de Apresentação e divulgação foram excluídos da ICPC 01 e adicionados na ICPC 17, nos parágrafos 6 e 7. A revisão da ICPC 01 e a emissão da ICPC 17 contemplam as alterações feitas pelo próprio IASB, incluindo algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção das ICPCs é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRIC 12 e da SIC 29. A revisão feita não trouxe alterações significativas.

ICPC 08 (R1) – Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.6 Investimentos em controladas em conjunto

2.6.1 Porto do Pecém

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controlada em conjunto, em fase pré-operacional Porto do Pecém, são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2012- Resumido				Demonstração do resultado em 31/12/2012 - Resumida	
Ativo		Passivo			
Circulante	442.064	Circulante	471.408	Receitas	333.066
Não circulante	304.426	Não circulante	2.464.000	Custo do serviço de energia elétr	(525.932)
Imobilizado	3.410.324	Patrimônio Líquido	1.222.866	Despesas Operacionais	(20.892)
Intangível	1.460			Resultado financeiro líquido	(96.518)
				IRPJ e CSLL	103.276
Total	4.158.274	Total	4.158.274	Prejuízo do período	(207.000)

2.6.2 Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controlada em conjunto, em fase operacional Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2012- Resumido				Demonstração do resultado em 31/12/2012 - Resumida	
Ativo		Passivo			
Circulante	1.018	Circulante	420	Receitas	1.558
Imobilizado	80	Patrimônio Líquido	678	Despesas operacionais	(1.990)
Intangível				Resultado financeiro líquido	56
Total	1.098	Total	1.098	Prejuízo do período	(376)

2.6.3 Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controlada em conjunto, em fase operacional Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A., são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2012- Resumido				Demonstração do resultado em 31/12/2012 - Resumida	
Ativo		Passivo			
Circulante	2.984	Circulante	2.246	Despesas operacionais	(142)
Não circulante		Patrimônio Líquido	738	Resultado financeiro líquido	(130)
Total	2.984	Total	2.984	Prejuízo do período	(272)

As informações relativas a passivos contingentes, compromissos relacionados à participação da Companhia nos empreendimentos controlados em conjunto, assim como o método utilizado para reconhecer o investimento em entidades controladas em conjunto, estão divulgadas nas notas 26.1.2.2, 14 e 1, respectivamente.

2.7 Reclasseificações nos exercícios anteriores

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.7.1 Balanço Patrimonial

Controladora

A Companhia reclassificou o direito de concessão no valor de R\$254.411 do grupo de Intangível para Investimento, pois de acordo com o ICPC 09 o direito de concessão deve ser tratado nas Companhias individuais como Investimento e nas demonstrações consolidadas como Intangível.

De acordo com o CPC 33, a Companhia reclassificou o saldo de ganhos e perdas atuárias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$128.546 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

Consolidado

A controlada Costa Rica fez uma reclassificação entre Obrigações estimadas com pessoal e Impostos e Contribuições sociais no valor de R\$354.

A controlada em conjunto Porto do Pecém Operação e Manutenção fez uma reclassificação entre Outras contas a pagar entre circulante e não circulante no valor de R\$241.

Para adequação ao CPC 32, os ativos e passivos fiscais diferidos não circulantes foram compensados, gerando uma reclassificação no montante de R\$46.327. Esta reclassificação ocorreu para as controladas Enerpeixe, Energest e ECE.

A controlada Enerpeixe fez uma reclassificação entre Cauções e depósitos vinculados (Ativo Circulante para Ativo Não circulante) no valor de R\$43.915.

A controlada Lajeado fez uma reclassificação do saldo de Títulos a receber da Rede Energia no valor de R\$4.948 do ativo circulante para o Não circulante, para melhor comparabilidade dos saldos contábeis.

De acordo com o CPC 33, a Companhia reclassificou o saldo de ganhos e perdas atuárias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$128.546 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.7.2 Demonstração do Resultado

Consolidado

Receita e Custo com construção: De acordo com o CPC 17, o valor de R\$303.747 desta natureza antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção (Nota 29) e Custo com construção da infraestrutura (Nota 30).

Reclassificação de Receita financeira para Despesa Financeira, no valor de R\$33.805.

Reclassificação de Outras despesas e receitas operacionais para Despesas gerais e administrativas, no valor de R\$425.

2.7.3 Demonstração do Resultado Abrangente

Consolidado

Reclassificação da Participação dos não controladores no Resultado líquido do exercício para adequação ao CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas.

2.7.4 Demonstração do Valor Adicionado Controladora

A Companhia reclassificou os Impostos Federais no valor de R\$236 para a Remuneração de capitais de terceiros - Aluguéis.

Consolidado

Para adequação ao CPC 09 reclassificamos os Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$356.392 (R\$285.951 referente a Custos da energia comprada, R\$66.427 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$572 referente a Materiais, R\$3.442 referente a Serviços de terceiros), de Outras Receitas no valor de (R\$6) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$29.432, para Distribuição do valor adicionado (R\$400.625 referente a Impostos Federais, (R\$14.807) referente aos Aluguéis) no valor de R\$380.669.

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$411.563, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$396.174 (R\$218.773 referente a Materiais, R\$172.302 referente a Serviços de terceiros, R\$1 referente a Seguros e R\$5.098 referente a Outros custos operacionais), R\$20.610 referente a Pessoal (R\$16.721 referente a Remuneração Direta, R\$3.142 a Benefícios e R\$747 referente a FGTS) e R\$513 referente a Impostos Federais da linha Distribuição do valor adicionado.

A controlada Lajeado fez uma reclassificação de PIS e COFINS sobre Juros sobre capital próprio - JSCP anteriormente classificado como dedução da Receita Financeira no valor de R\$953, apresentado na DVA como Impostos, taxas e contribuições.

As controladas Pecém e ECE fizeram uma reclassificação de Outras Receitas no valor de R\$88.088, para Juros (Referente a juros capitalizados) alocados na distribuição do valor adicionado.

De acordo com o CPC 17 a receita e o custo com construção, no valor de R\$303.747 antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura, afetando as controladas Bandeirante e Escelsa.

2.7.5 Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado

A controlada Energest fez uma reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS anteriormente alocados nas rubricas Depreciações e amortizações no valor de R\$303, sendo que, R\$190 foram alocados no Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados, (R\$231) em Impostos e contribuições sociais - atualização monetária, (R\$5.154) em Impostos e contribuições sociais compensáveis, R\$1.580 em Outros tributos e contribuições sociais e R\$3.312 em Imposto de renda e contribuição social pagos.

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$7.498 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação da atualização monetária de Cauções e depósitos vinculados a litígios, no valor de R\$5.867 anteriormente apresentado em Cauções e depósitos vinculados (aumento) diminuição de ativos operacionais. E para a adequação do CPC 03 houve a reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento.

Reclassificação de P&D (MME e FNDCT) no valor de R\$9.390 reclassificados de Encargos regulamentares e setoriais - provisão para Encargos regulamentares e setoriais na variação dos passivos operacionais.

Reclassificação de uso do bem público no valor de R\$18.097 de atividade operacional para atividade de financiamento.

Reclassificação dos Juros da atualização monetária - Tangará e Rede Energia das atividades operacionais no valor de R\$3.312 para títulos a receber alocados nos ativos operacionais.

Exclusão do efeito de R\$19.860 referente a capitalização de encargos antes apresentado em adições ao imobilizado e intangível, na atividade de investimento, e em encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na atividade operacional, por não representar efetiva saída de caixa.

Reclassificação do valor residual do ativo imobilizado no valor de R\$9.401 para as Adições ao imobilizado, intangível e ativo financeiro indenizável alocadas na atividade de investimento.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

3 Eventos do Exercício

3.1 Alteração do Cronograma de Implantação da Usina Termelétrica Energia Pecém

Em 27 de março de 2012, a ANEEL aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Energia Pecém ("Energia Pecém" ou "empreendimento"), bem como da data de início e suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Por unanimidade, a entrada em operação comercial das duas unidades geradoras da Usina Termelétrica Pecém I foi postergada para até 23 de julho de 2012.

No entanto, a controlada em conjunto Porto do Pecém não teve condições de disponibilizar as duas turbinas para operação comercial, pelo que tem que cumprir com seus compromissos de recomposição de lastro estabelecidos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por meio de aquisição de contratos de energia de terceiros.

Em 12 de julho de 2012, devido às dificuldades encontradas na entrada em operação comercial, a controlada em conjunto Porto do Pecém enviou uma carta para a ANEEL solicitando que o artigo 3º da Resolução Normativa nº 165/05 seja integralmente afastado e autorizado o pagamento mensal do menor valor entre: (i) o contrato de compra de energia celebrado pela usina para lastrear sua venda no Ambiente de Contratação Regulada, e; (ii) o preço da energia no contrato de venda original entendido, para os CCEARs por disponibilidade, como o custo que o consumidor teria caso a usina estivesse em operação comercial. Até 31 de dezembro de 2012 a ANEEL não tomou uma decisão sobre o pedido, no entanto, considerando o histórico de aprovações e de discussões no âmbito da revisão da REN nº 165/05, o limitador mínimo da CVU, foi considerado para o recolhimento do repasse do custo de aquisição. Desta forma, está sendo registrada perda de R\$173.172 na controlada Porto do Pecém por não ser possível o repasse integral do custo de aquisição de energia do contrato de lastro, sendo a expectativa da Companhia que este valor seja inferior após essa anuência. O valor reconhecido no consolidado da Companhia foi de R\$86.586 (50% de participação societária).

Em 30 de novembro de 2012 a ANEEL através do Despacho nº 3.811 liberou a unidade geradora UG1, de 360.137kW de capacidade instalada, da UTE Porto do Pecém I, para início da operação comercial a partir do dia 1º de dezembro de 2012, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível no Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Unidade II encontra-se em estágio avançado de comissionamento, já tendo ocorrido o primeiro acendimento da caldeira (*first fire*) e o processo de sopro de vapor. Os próximos eventos previstos são: (i) testes à turbina e gerador; (ii) ensaios de sincronização e (iii) serviço operacional, vide nota 40.6.

3.2 Alienação da controlada Evrecy Participações Ltda.

Em 28 de maio de 2012, a Companhia celebrou o instrumento particular de alienação da totalidade das quotas da Evrecy, de sua titularidade, que representam 100% do capital social da Evrecy, à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, pelo valor total de R\$58.000, a serem pagos em moeda corrente nacional.

Em 11 de dezembro de 2012 foi aprovada pela ANEEL, a efetivação da operação de venda de 100% das quotas da Evrecy de titularidade da Companhia para a CTEEP.

Em 21 de dezembro de 2012 à alienação do investimento da Evrecy para a CTEEP foi concluída pelo valor total de R\$63.100, gerando um ganho para a Companhia de R\$31.477 registrado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas - Outras, vide nota de Gastos Operacionais (Nota 10).

3.3 Primeira revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/08-ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evrecy a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a Receita Anual Permitida - RAP do ano anterior pelo IGP-M, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

Através da Resolução Homologatória nº 1.313/12, a ANEEL estabelece as RAPs das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o ciclo 1º de julho de 2012 a 30 junho de 2013.

A RAP da Evrecy para o ciclo 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 é de R\$8.555.

3.4 Assunção das Operações da MABE

Em 8 de julho de 2012, a Companhia e a sua parceira, a MPX Energia S.A. (MPX), celebraram contrato de compra e venda com o objetivo de adquirir pelo valor simbólico de R\$ 1,00, a totalidade das ações da MABE Brasil Ltda. (MABE), em iguais proporções, empresa que pertencia ao consórcio formado pela Maire Tecnimont Group (Tecnimont) e pelo Grupo Efaced (Efaced). A aquisição está sujeita a um conjunto de condições precedentes, de entre as quais se destaca a aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, após as quais, a Companhia e a MPX poderão assumir em conjunto a gestão das obras das Usinas Termelétricas Energia Pecém, Itaqui e Pecém II, evitando interrupções nos trabalhos em curso e garantir a conclusão das usinas.

A Companhia e a MPX acordaram que Pecém II e Itaqui, empreendimentos controlados integralmente pela MPX, serão administrados exclusivamente pela MPX, obrigando-se esta última a manter a Companhia indene de quaisquer ônus, perdas, contingências, despesas, desembolsos ou custos, assim como se responsabilizando por perdas e danos diretamente relacionados a esses empreendimentos.

A operação estruturada resultou no compromisso de aporte financeiro na MABE do montante de R\$ 421.000, por parte da Tecnimont e da Efaced. Adicionalmente, a Tecnimont e a Efaced continuam a garantir o desempenho das usinas, por meio de aporte de garantias bancárias relativas à performance técnica das unidades (não envolvem indenização por atraso) no montante de R\$411.000. Cabe ainda ressaltar que a Tecnimont e a Efaced aportaram garantias bancárias adicionais no valor total de R\$166.000 para cobrir eventuais contingências.

Além dos montantes mencionados acima, a Tecnimont e a Efaced renunciaram aos montantes atualmente retidos pelas usinas a título de garantia de execução, no valor total de R\$185.000, sendo R\$100.000 referentes à Pecém.

Até 31 de dezembro de 2012, as condições mencionadas acima não foram completamente cumpridas e portanto a Companhia e a MPX não assumiram a gestão das operações da MABE.

3.5 Devolução da controlada indireta Couto Magalhães

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.395/12, resolveu: (i) determinar o encaminhamento ao Ministério das Minas e Energia – MME do requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães Energia, integrantes do Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães, de extinção da concessão da UHE Couto Magalhães, objeto do Decreto s/nº, de 2 de abril de 2002 e do Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, por ocorrência de Fato do Príncipe caracterizador de condição objetiva que inviabiliza a exploração do potencial hidráulico, sem qualquer ressarcimento às Concessionárias; (ii) determinar o encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional – STN do requerimento formulado pela Enercouth S.A. e pela Rede Couto Magalhães Energia, da extinção da cobrança dos pagamentos pelo Uso de Bem Público – UBP, exigíveis a partir de 15 de julho de 2012, nos termos do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento ou, ao menos, à suspensão da cobrança até que seja proferida a decisão definitiva pelo MME, e (iii) determinar que as garantias apresentadas pelas concessionárias sejam devolvidas, no caso de pronunciamento favorável do MME e da STN quanto ao itens (i) e (ii) acima.

As Companhias envolvidas no Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães estão analisando a possibilidade de reembolso do investimento já efetuado, motivo pelo qual ainda se mantêm os ativos registrados. O montante registrado em 31 de dezembro de 2012 na Enercouth é de R\$3.307, sendo R\$3.211 referente ao imobilizado e R\$96 ao intangível.

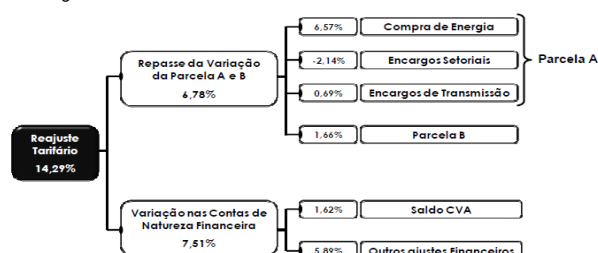
O requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães está em análise pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

3.6 Reajuste tarifário de 2012 - Escelsa

Em 31 de Julho de 2012 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública ocorrida nesta data, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 14,29%, a ser aplicado às tarifas da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA ("EDP Escelsa"), a partir de 7 de agosto de 2012, sendo 6,78% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 7,51% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da EDP Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos será de 11,33%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão (transporte de energia), os encargos setoriais, como Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros.

Na composição do reajuste aplicado em 2012 para a EDP Escelsa destacam-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:



* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

3.7 Revisão tarifária 2011 - Bandeirante

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.365/12, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP.

O reposicionamento tarifário é de -1,85%, sendo -2,22% relativo ao reposicionamento econômico e 0,37% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da controlada Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos anteriores a outubro de 2011, o efeito médio aos consumidores cativos é de -2,25%, sendo -0,79% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e -3,64% o efeito médio para os consumidores de baixa tensão.

No processo de revisão tarifária periódica, que se dá a cada quatro anos na EDP Bandeirante, a ANEEL recalcula os parâmetros dos custos gerenciados pela Companhia (Parcela B) que incluem os custos operacionais, avalia os investimentos realizados (Base de Remuneração Regulatória - BRR) e a remuneração do capital. Os custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia e encargos setoriais, a exemplo da Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros, são considerados tomando-se por base a variação de preços nos doze meses imediatamente anteriores.

O Fator X, a partir deste ciclo de revisão tarifária, passa a ser função dos Componentes "Pd" (ganhos de produtividade), "T" (trajetória para adequação de custos operacionais) e "Q" (incentivo à qualidade), os quais foram homologados em: "Pd" – 1,08%; "T" – 0,0% e "Q" a ser apurado a partir do reajuste tarifário de 2013.

Na composição do reposicionamento tarifário de 2011, objeto da Audiência Pública nº 055/12, destacam-se os componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R\$3,0 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R\$1,545 bilhão.

3.8 Reajuste tarifário 2012 - Bandeirante

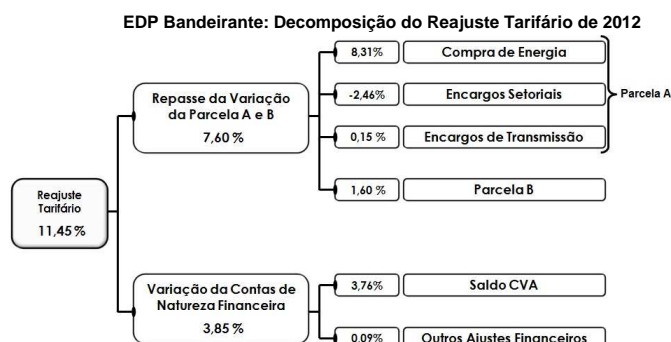
A ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida em 16 de outubro de 2012, aprovou o reajuste tarifário anual de 2012 da Companhia, a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2012. O reajuste tarifário é de 11,45%, sendo 7,60% relativo ao reposicionamento econômico e 3,85% referente aos componentes financeiros pertinentes.

Em relação à tarifa praticada atualmente, homologada no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos, já considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, é de 7,29%, sendo 7,82% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e 6,82% o efeito médio para os consumidores de baixa tensão.

O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da controlada Bandeirante, no valor total de R\$ 78.000, será dividido em três parcelas anuais, estando incluída a primeira nesse reajuste e as demais nos reajustes subsequentes.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação dos custos verificada nos doze meses anteriores, ou seja, de outubro de 2011 a setembro de 2012. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia, encargos setoriais, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL, a exemplo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros.

A seguir demonstra-se o resumo dos valores aprovados, destacando-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros:



3.9 Acordo entre a EDP Comercializadora e a Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla

Em 12 de novembro de 2012 foi realizada um acordo entre a controlada e a Ampla, afim de finalizar a disputa judicial entre as partes referentes a sentença arbitral proferida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. De forma a solucionar a questão como um todo foi aprovado:

(i) pagamento pela AMPLA no valor de R\$35.923 correspondente ao direito reconhecido pela arbitragem associado ao valor das diferenças de preço previstas no contrato e o valor efetivamente pago pela AMPLA com relação ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2004 e 28 de agosto de 2006; (ii) pagamento pela controlada de R\$14.923 por meio do aumento dos preços vigentes em 2012 para os contratos de compra de energia celebrados; e (iii) manutenção do contrato de comercialização de energia celebrado entre as partes em 26 de junho de 2002 até o ano de 2022.

Para a data base de 31 de dezembro 2012 após o acordo entre as partes, o valor de R\$35.923, será liquidado em 8 parcelas mensais.

3.10 Venda de energia leilão A-5 - UHE Santo Antônio do Jari

No leilão A-5 ocorrido em 14 dezembro de 2012 foi vendida a energia adicional da UHE Santo Antônio do Jari, aprovada pela ANEEL em julho de 2011, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR de 20,9 MW médios. O início do Contrato de Comercialização de Energia - CCEAR será em janeiro de 2017 pelo período de 28 anos.

3.11 Concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão

Em 14 de dezembro de 2012 a Companhia, no leilão A-5 realizado pela ANEEL, obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari. O projeto conta com Capacidade Instalada de 219 MW e Energia vendida no ACR de 129,7 MW médios, com previsão do início do contrato de comercialização - CCEAR em Janeiro de 2017 pelo prazo de 30 anos.

O investimento total estimado é de R\$ 1,1 bilhão e o início das obras está previsto para 2013.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	62.025	16.210	310.503	217.378
Aplicações financeiras - renda fixa	37.029	214.012	261.875	678.490
Total	99.054	230.222	572.378	895.868

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Controladora referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa média de aplicação do Grupo varia entre 97,0% e 103,0%.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 34.

5 Consumidores e concessionárias

	Consolidado						
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	131.724	119.815	20.508	272.047	(20.508)	251.539	207.818
Industrial	37.398	39.884	39.443	116.725	(19.180)	97.545	64.267
Comércio, Serviços e Outras Atividades	66.524	39.968	14.314	120.806	(8.093)	112.713	78.567
Rural	12.758	9.188	3.625	25.571	(335)	25.236	21.692
Poder Público							
Federal	5.216	347	67	5.630	(35)	5.595	4.527
Estadual	7.152	477	420	8.049	(365)	7.684	5.693
Municipal	10.330	5.169	5.719	21.218	(173)	21.045	12.592
Iluminação Pública	14.782	5.026	2.678	22.486	(214)	22.272	26.074
Serviço Público	13.156	723	593	14.472		14.472	20.741
Clientes livres	44.581			44.581		44.581	36.683
Fornecimento não faturado	297.660			297.660		297.660	261.454
Parcelamentos de débitos	61.426	7.491	55.123	124.040	(69.082)	54.958	35.551
(+) Ajuste a valor presente	(1.458)			(1.458)		(1.458)	12
Outros créditos	28.748		1.493	30.241		30.241	28.592
	729.997	228.088	143.983	1.102.068	(117.985)	984.083	804.263
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	269.681	2.136	677	272.494	(522)	271.972	129.117
Energia de curto prazo	75.980			75.980		75.980	21.884
Encargos de uso da rede elétrica	4.419	370	1.096	5.885		5.885	7.962
Outros	13.977		411	14.388		14.388	
	364.057	2.506	2.184	368.747	(522)	368.225	158.963
Total Circulante	1.094.054	230.594	146.167	1.470.815	(118.507)	1.352.308	963.226
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	4.960			4.960	(3.209)	1.751	2.489
Comércio, Serviços e Outras Atividades	18			18	(18)		18
Parcelamentos de débitos	50.039			50.039	(3.118)	46.921	46.731
(-) Ajuste a valor presente	(13.507)			(13.507)		(13.507)	(10.821)
	41.510	-	-	41.510	(6.345)	35.165	38.417
Concessionárias							
Energia de curto prazo	6.912			6.912	(6.912)		
Piratininga							21.079
Outros	5.248			5.248	(119)	5.129	4.161
	12.160	-	-	12.160	(7.031)	5.129	25.240
Total Não Circulante	53.670	-	-	53.670	(13.376)	40.294	63.657

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.1 Energia de Curto Prazo

Refere-se, principalmente, às transações de venda de energia, realizadas no âmbito da CCEE.

5.2 Concessionária – Piratininga

Em 29 de junho de 2012, foi efetuado o encontro de contas dos valores a receber e a pagar no montante de R\$76.309 e R\$76.538, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, decorrentes da cisão parcial da controlada Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001. Os valores foram corrigidos monetariamente nos termos estabelecidos no protocolo de cisão, e a diferença no valor de R\$229 liquidada na referida data.

5.3 Concessionárias – Suprimento de energia elétrica

Em 12 de novembro de 2012 foi realizada um acordo entre a controlada EDP Comercializadora e a AMPLA, vide nota 3.10. Em decorrência do referido acordo firmado foi efetuado no exercício a reversão da PCLD no valor de R\$35.923 a ser liquidado em 8 parcelas mensais a partir de 31 de janeiro de 2013.

5.4 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, conforme CPC 12, foi calculado com base na taxa média de remuneração do investimento, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 correspondia a 15,07% a.a. da Escelsa e 11,36% a.a. da Bandeirante (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2011), afetando negativamente o resultado das distribuidoras no período em R\$4.156 (positivamente em R\$1.359 em 2011).

5.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As distribuidoras controladas Bandeirante e Escelsa constituíram com base na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

- i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
- iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

No exercício as Distribuidoras efetuaram a revisão dos critérios de apuração da PCLD dos parcelamento de débitos, passando a adotar os seguintes critérios:

- i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
- iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos através de apresentação de Nota de Empenho.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 34.5.

6 Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.					4.503	4.138	10.548	13.832
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.							10.776	10.065
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	3.402	1.121	20.602	21.018				
Outros					27	27		
Total	3.402	1.121	20.602	21.018	4.530	4.165	21.324	23.897

Controladora

O montante de R\$24.004 (R\$22.139 em 31 de dezembro de 2011) refere-se às ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" de emissão da controlada Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro na categoria de empréstimo e recebíveis por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Consolidado

Cessão de crédito – Tangará Energia S.A. - refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a controlada Lajeado e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios nº 467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: prazo para pagamento de 120 meses, carência de 18 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI e valor do contrato de R\$18.199. Como garantia foi dada uma nota promissória pela Tangará, no valor do saldo devedor.

Cessão de crédito – Rede Energia S.A. - refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a controlada Lajeado e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 181/07 - SFF/ANEEL, com as seguintes condições: prazo para pagamento de 86 meses, carência de 24 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a. e valor do contrato de R\$23.532. Como garantia foi dada uma nota promissória pela Caiuá, no valor do saldo devedor.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Impostos e contribuições sociais

Controladora										
	Saldo em 31/12/2011	Adição		Atualização monetária	Compensação tributos federais	Transfê-rencia	Saldo em 31/12/2012			
Ativos - Compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social	60.813			5.092	(35.503)	33.183	63.585			
PIS e COFINS	469	281			(351)		399			
IRRF sobre aplicações financeiras	3.591	1.943				(3.578)	1.956			
IRRF sobre juros s/ capital próprio	31.060	38.068			(254)	(29.605)	39.269			
Outros	25	55					80			
Total	95.958	40.347		5.092	(36.108)	-	105.289			
Circulante	95.958						105.289			
Total	95.958						105.289			
Consolidado										
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adianta-mentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassifi-cação	Transfê-rencia	Alienação de empresas	Saldo em 31/12/2012
Ativos - Compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social	324.545	2.061	(1.241)	9.767	114.256	(121.455)	(148)	(138.360)		189.425
ICMS	103.988	303.064			225	(319.458)				87.819
PIS e COFINS	54.359	536.003		85		(143.553)	(1.959)	(343.819)		101.116
PIS e COFINS - COSIT 27	11.591			86		(9.564)				2.113
IRRF sobre aplicações financeiras	20.364	6.251			6.616	(1.056)	2.156	(16.851)	(80)	17.400
IRRF sobre juros s/ capital próprio	31.060	38.068			5.246	(254)		(29.605)		44.515
ISS	3.647					(2.807)	21			861
Outros	7.840	22.634			589	(11)	(511)	(5.061)	(147)	25.333
Total	557.394	908.081	(1.241)	9.938	126.932	(598.158)	(441)	(533.696)	(227)	468.582
Circulante	519.210									404.812
Não circulante	38.184									63.770
Total	557.394									468.582
Controladora										
	Saldo em 31/12/2011	Adição		Atualização monetária	Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassifica-ção	Saldo em 31/12/2012		
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social	354	1.243				(354)		1.243		
ICMS sobre diferencial de alíquota	5	(5)						-		
PIS e COFINS	18.370	19.236				(18.485)		19.121		
ISS	-	146			(141)		2	7		
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	30	738			(731)			37		
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	102	693			(667)		(2)	126		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	17.269	19.563				(17.269)		19.563		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	43.402			2.955	(3.521)			42.836		
REFIS - conversão em renda	4.446			217				4.663		
Outros	691	11.367			(11.152)			906		
Total	84.669	52.981		3.172	(16.212)	(36.108)	-	88.502		
Circulante	40.203							44.623		
Não circulante	44.466							43.879		
	84.669							88.502		
Consolidado										
	Saldo em 31/12/2011	Adição		Atualização monetária	Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassifi-cação	Transfê-rencia	Alienação de empresas	Saldo em 31/12/2012
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social	217.274	147.284			(37.240)	(4.635)		(189.865)	(73)	132.745
ICMS sobre diferencial de alíquota	289	3.227			(2.921)		(5)			590
ICMS	143.576	1.627.519			(1.309.299)	(319.458)	(30)			142.308
PIS e COFINS	87.383	964.130			(361.271)	(236.275)	109	(343.773)	(26)	110.277
ISS	794	9.169			(4.893)	(2.807)	(635)	11		1.639
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	503	4.690	1	(4.365)	(310)	(19)			(47)	453
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	296	2.373	1	(1.992)	(223)	(8)			(15)	432
IRRF sobre juros s/ capital próprio	58.358	69.835			(23.494)	(34.863)				69.836
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	128.489			8.166	(33.953)					102.702
REFIS - conversão em renda	39.672			2.301						41.973
Outros	11.313	113.432			(113.264)		178	(11)	(106)	11.542
Total	687.947	2.941.659		10.469	(1.892.692)	(598.571)	(410)	(533.638)	(267)	614.497
Circulante	551.130									502.642
Não circulante	136.817									111.855
	687.947									614.497

7.1 Imposto de renda e contribuição social - Controladora

Os valores registrados referem-se basicamente a retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela Selic, relativos a períodos anteriores.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.2 PIS e COFINS

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66/02, convertida na Lei nº 10.637/02 e da Instrução Normativa nº 199/02, a distribuidora de energia elétrica Escelsa, como agente integrante da CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados líquidos positivos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

7.3 ICMS

A controlada Bandeirante apresenta saldo de R\$71.180, inclui (i) créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$36.646, que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar 87/96 são compensados a razão de 1/48 avos por mês, e (ii) R\$34.534 referente a aquisição de créditos de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto nº 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 13.

7.4 Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09, REFIS conversão em renda e PAEX

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia assim como suas controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e EDP Comercializadora procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Controladora

Do valor total consolidado da dívida de R\$47.499 em 31 de dezembro de 2012, R\$42.836 foram parcelados em 180 vezes restando 142 parcelas de R\$302 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$4.663 restantes possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Consolidado

Do valor total consolidado da dívida de R\$144.675 em 31 de dezembro de 2012, R\$102.902 foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$41.973 restantes possuem depósitos judiciais no montante de R\$79.567, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Parcelamento de impostos - PAEX

A controlada Lajeado aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da medida provisória nº 303/06, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1 Controladora

Natureza dos créditos	Controladora				
	Passivo Não Circulante			Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	2011		
	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais			-		1.580
Base Negativa da Contribuição Social			-		569
	-	-	-	-	2.149
Diferenças Temporárias					
MTM Ações Rede	1.403	505	1.908	2.828	
Total diferenças temporárias	1.403	505	1.908	2.828	-
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.403	505	1.908	2.828	2.149

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do Patrimônio Líquido em R\$920.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.2 Consolidado

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, das controladas Energest, Lajeado, Porto do Pecém, Enerpeixe, Bandeirante, Escelsa, EDP Comercializadora, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	Consolidado								
	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante				Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011			2012	2011
	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	154.030		154.030	110.777			-	30.835	6.991
Base Negativa da Contribuição Social		59.037	59.037	43.465			-	11.101	(4.363)
	154.030	59.037	213.067	154.242	-	-	-	41.936	2.628
Diferenças Temporárias									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.544	10.275	38.819	53.635	(9)	(3)	(12)	(14.804)	4.331
Benefício pós-emprego	12.161	4.378	16.539	13.195	(143)	(51)	(194)	2.787	2.005
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	53.134	19.128	72.262	73.668	(631)	(224)	(855)	(551)	26.506
Provisão para resultados de swap	(2.744)	(988)	(3.732)	834			-	(4.566)	(3.678)
Provisão para perdas em estoques	1.234	443	1.677	1.118			-	559	(90)
Provisão para bônus empregados							-		13
MTM Ações Rede					1.403	505	1.908	2.828	
Total diferenças temporárias	92.329	33.236	125.565	142.450	620	227	847	2.828	(16.575)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.680	3.845	14.525	18.369			-	(3.844)	(3.908)
Ágio incorporado	158.866	57.192	216.058	232.648			-	(16.590)	(16.489)
Diferenças Temporárias - RTT									
Consumidores - ajuste a valor presente	3.673	1.323	4.996	3.675			-	1.320	(464)
Encargos financeiros - <i>Recouping</i>				144			-	(144)	(611)
Emprést. e financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	(69)	(25)	(94)	88			-	(181)	81
Imobilizado em serviços - Intangíveis					6.821	2.456	9.277	3.463	(5.814)
Mais Valia - CPC 15					292.598	105.335	397.933	397.933	(3.475)
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15					(25.700)	(9.252)	(34.952)	(28.802)	6.149
Licenças ambientais - CPC 25	(216)	(78)	(294)	(441)	179	65	244	(97)	(756)
Uso do bem público - CPC 25	25.462	9.167	34.629	38.764	(7.638)	(2.749)	(10.387)	6.252	13.614
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01	(25.610)	(9.219)	(34.829)				-	(34.829)	
Instrumentos financeiros - CPC 39	22.598	8.136	30.734	119.652	17.965	6.464	24.429	93.288	(22.190)
Benefícios a empregados - CPC 33	106.995	38.519	145.514	65.517			-	19	(5.820)
Custos de empréstimos - CPC 20				16.889			-		
Total diferenças temporárias - RTT	132.833	47.823	180.656	244.288	284.225	102.319	386.544	465.882	(49.515)
Total Ativo/ Passivo Diferido	548.738	201.133	749.871	791.997	284.845	102.546	387.391	468.710	9.931
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos								(44.588)	21.249

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$44.588 e a crédito de Patrimônio Líquido em R\$83.770

8.2.1 O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

8.2.2 O crédito fiscal do ágio é proveniente:

- a) na controlada Bandeirante, da incorporação ocorrida no exercício de 2002; e da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;
- b) na controlada Escelsa, da incorporação ocorrida em abril de 2005; e da parcela cindida da Controladora Energias do Brasil, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa; e
- c) na controlada Lajeado, da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela companhia.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são aproveitados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das companhias, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$6.003 para a controlada Bandeirante até o ano de 2027, de R\$1.955 para a controlada Escelsa até o ano de 2025 e de R\$5.030 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

8.2.3 O crédito fiscal advindo da Provisão pagamento das Ações Preferenciais

Em dezembro de 2012 a controlada Investco reavaliou o cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais (classe PNA, PNB e PNC) como instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa de realização futura.

8.2.4 Prejuízos Fiscais

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

8.2.5 Projeção de resultados tributáveis futuros

As projeções de resultados tributáveis futuros indicam que as controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários. Os créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 8.2.1 e 8.2.2, serão realizados financeiramente até 2017 e 2032, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

A Administração da Companhia e de suas controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, e, para as controladas Bandeirante, Escelsa, Investco e Enerpeixe conforme requerido pela Instrução CVM nº 371/02, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Essas estimativas são trimestralmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base no estudo, a Companhia e suas controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2022	Não circulante
129.430	196.658	150.387	100.435	74.311	69.704	28.946	749.871

Os valores contidos no intervalo de 2021 e 2022 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e suas controladas com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado apresentadas como segue:

Controladora									
Objeto do contrato	Contra-parte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	Bandeirante	01/07/2012		3.476	680			3.476	6.760
	Energest	01/07/2012		434	129			436	990
	EDP Comercializa dora	01/07/2012		211	33			211	522
	Pantanal	01/07/2012		214	41			214	541
	Investco	01/07/2012		475	87			475	964
	Lajeado	01/07/2012		344	65			344	666
	Santa Fé	01/07/2012		128	25			126	268
	Evrecy	01/07/2012			8			40	95
	Escelsa	01/07/2012		2.991	662	766		2.224	6.738
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.	Bandeirante	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	238	176		107	2.817	1.785
	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	100	87			1.143	895
	EDP	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	32	44			363	340
	Enercouth	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	1			22	17
	ECE Participações	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	15				165	
	Instituto EDP	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	8				75	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	2			22	17
	Investco	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	12	8			136	85
	Lajeado	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	2			22	17
	CEJA	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	1			22	18
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		1			21	17
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	53	158	2	2	547	507
	CESA	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011						3.650
	Energest	15/05/2003	15/05/2003 a 21/03/2013		61.386			3.121	2.771
Contrato de mútuo - 100% do CDI.	CEJA	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011						6
	EDP	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011						283
	Escelsapar	27/06/2005	27/06/2005 a 29/11/2014	4.803	4.321			367	456
	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012		5.519			406	622
Contrato de mútuo - 102% do CDI.	Terra Verde	01/01/2010	01/01/2010 a 25/02/2013	7.895	7.271			623	788
Contrato de mútuo - 110% do CDI.	Pecém OM	05/12/2011	05/12/2011 a 31/12/2013	718	341			38	
	Pecém	24/09/2012	24/9/2012 a 09/12/2015	133.489				1.325	
Contrato de Serviços de consultoria.	Cenaeel	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	80	235			52	235
	Elebrás	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	798	780			1.034	780
	EDP Renováveis	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	23	369			316	369
Contrato repasse de Garantia sobre contratos de empréstimos	EDP Renováveis Espanha			1.277				1.277	
Venda de ativos	Terra Verde	15/01/2010	15/01/2010 a 15/01/2014	6.647	6.647				
Total				164.469	89.079	768	109	21.460	31.202
Circulante				10.698	15.638				
Não circulante				153.771	73.441	768	109		
				164.469	89.079	768	109		

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado									
Objeto do contrato	Contra-partes	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Partes relacionadas									
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	23	369			316	369
	Cenaeel	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	80	235			52	235
	Elebrás	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	798	780			1.034	780
Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11.	Instituto EDP	01/10/2011	30/09/2012	558	838			64	29
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.	Instituto EDP	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	7				75	
	EDP Renováveis	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1	1				
Contrato repasse de Garantia sobre contratos de empréstimos	EDP Renováveis Espanha			1.277				1.277	
Contrato de mútuo - 105% do CDI.	Pecém	24/09/2012	24/9/2012 a 09/12/2015	66.744				663	
Contrato de mútuo - 110% do CDI.	Pecém OM	05/12/2011	05/12/2011 a 31/12/2013	359				19	
				69.847	2.223	-	-	3.500	1.413
Circulante				359					
Não circulante				69.488	2.223				
				69.847	2.223				

A partir de 1º de janeiro de 2011, Companhia é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na Companhia são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e suas controladoras, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela Companhia, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes Bandeirante, Energest, EDP Comercializadora, Lajeado, Escelsa, Terra Verde, Escelsapar, Pecém OM, Pecém, Enercouth e CEJA são controladas diretas da Companhia.

As contrapartes Pantanal, Investco, Costa Rica, Santa Fé e ECE Participações são controladas indiretas da Companhia.

As contrapartes EDP Renováveis, Cenaeel, Elebrás e Instituto EDP são coligadas da Companhia.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 82%

Remuneração Variável: 18%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2012 (em R\$)

2012	Controladora			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4 (*)	4 (**)	3 (***)	11
Remuneração fixa (em R\$)	708.000	2.416.785	110.261	3.235.046
Salário ou pró-labore	410.000	1.925.117	91.884	2.427.001
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	94.380	n/a	94.380
Remuneração por participação em Comitês	180.000	n/a	n/a	180.000
Encargos sociais	118.000	397.288	18.377	533.665
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	544.800	n/a	544.800
Bônus	n/a	450.000	n/a	450.000
Encargos sociais	n/a	94.800	n/a	94.800
Valor Total da remuneração, por órgão	708.000	2.961.585	110.261	3.779.846

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 08 posições do Conselho de Administração, apenas 4 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$ 840.000, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2012.

(**) Das 06 posições da Diretoria Estatutária, 4 membros são remunerados, sendo que dos 4 membros 2 acumulam 2 funções (1 = Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Diretor Vice-Presidente de Geração e 2 = Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão). A remuneração anual global da Diretoria é até R\$ 3.920.125 para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2012.

(***) Das 03 posições do Conselho Fiscal, todos são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é de até R\$42.409, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

2012	Controladora		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	4	4	3
Valor da maior remuneração individual	288.000	1.327.798	36.754
Valor da menor remuneração individual	60.000	246.883	36.754
Valor médio da remuneração individual	177.000	592.317	36.754

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Matéria Prima - Carvão	64.659	25.112
Matéria Prima - Óleo Diesel	1.347	1.374
Material de almoxarifado	14.075	8.961
Resíduos e sucatas	28.776	31.348
Outros	752	1.282
Total	109.609	68.077

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	26			12.213	8.979			195.710	188.953
Cauções e depósitos vinculados	34.2	222	222			24.856	10.107	48.940	56.682
Total		222	222	12.213	8.979	24.856	10.107	244.650	245.635

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados apresentados no circulante e não circulante do consolidado refere-se, basicamente, à parte das aplicações financeiras da controlada Enerpeixe no montante de R\$53.758 (R\$45.216 em 31 de dezembro de 2011), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos e das operações de energia de curto prazo na CCEE.

12 Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora	
	Ativo	
	Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Enercoutho		500
Omega		4.590
CEJA	192.300	2.047
Terra Verde	3.100	3.100
Total	195.400	10.237

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos a empregados		250	350			1.370	1.383		
Adiantamentos a fornecedores						8.036	5.671		
Modicidade tarifária - baixa renda	13.1					4.477	420	18.453	18.453
Dispêndios a reembolsar						10.209	10.192		
Programa eficiência energética						428	428	987	1.143
RGR a compensar							134		
Bens destinados à alienação	13.2					45.170			
Serviços em curso	13.3		3			104.083	128.084		
Serviços prestados a terceiros		62	62			14.633	6.492		7.033
Desativações e alienações em curso						1.815	5.265		
Compartilhamento de infraestrutura						1.428	1.353		
Instrumentos financeiros derivativos								12.594	
Outros	13.4	1.477	183	14.291	13.012	31.247	2.415	14.293	13.182
Total		1.789	598	14.291	13.012	222.896	161.837	46.327	39.811
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos						55.419	13.459		
Contribuição de iluminação pública						15.213	14.672		
Valores a pagar à Piratininga									21.079
Credores diversos - consumidores						11.170	13.933		
Folha de pagamento		994	828			7.418	5.762		
Modicidade tarifária - baixa renda						1.250	3.483	10.017	10.017
Cessão de créditos de ICMS	7.3					22.042	44.273		
Juros sobre empréstimo compulsório						358	358		
Arrecadação de terceiros a repassar							5.302		
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia						2.941	2.928		
Outros	13.4	3.748	4.562	449	264	25.345	10.179	72.410	7.400
Total		4.742	5.390	449	264	141.156	114.349	82.427	38.496

13.1 Modicidade tarifária – baixa renda

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091/05 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, no qual o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade Baixa Renda, a Bandeirante registrou no exercício de 2008 o montante de R\$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior. No exercício de 2010 foi efetuada a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R\$29.698. A devolução passou a ser efetuada a partir de março de 2009 e o saldo a devolver aos consumidores em 31 de dezembro de 2012 é de R\$11.267 (R\$13.500 em 31 de dezembro de 2011). Considerando que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento de parte dos valores a devolver, através do mecanismo da subvenção econômica, a Bandeirante efetuou concomitantemente o registro do valor a receber. O saldo a receber, quando da devolução total aos clientes em 31 de dezembro de 2012 é de R\$18.453 (R\$18.453 em 31 de dezembro de 2011).

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Bens destinados à alienação

Do montante de R\$45.170 em 31 de dezembro de 2012, R\$41.685 pertence a Escelsa, refere-se ao saldo a receber referente a venda de imóvel, de acordo com Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis assinado pela Escelsa, em 27 de novembro de 2012, com Campo Participações Imobiliárias S/A., tendo como objeto o compromisso de venda da proporção de 85.300 m² do imóvel com área total de 107.277,58 m² (Registrado no cartório de Registro de Imóveis da Serra/ES), localizado na Rodovia BR 101 Norte, nº 3450, Planalto de Carapina, Município de Serra, Estado do Espírito Santo. Os valores propostos da venda excederam substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos. O processo de desmembramento e desmobilização deve ser concluído em até 180 dias, após a assinatura do referido Instrumento, período previsto para efetivação da transferência do imóvel ao adquirente. O registro contábil do ganho da alienação desse imóvel no valor estimado de R\$50 milhões, será registrado no momento da transferência dos riscos e benefícios conforme CPC 31.

13.3 Serviços em curso

Referem-se aos custos dos serviços prestados pelas controladas a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é basicamente projetos de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) das controladas Bandeirante e Escelsa. A realização desses valores nas Ordens em Curso ocorrerá quando da finalização dos projetos e a contabilização será contra a provisão no Passivo.

13.4 Outros credores e outros devedores - circulante e não circulante

Referem-se, basicamente, a valores a receber da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., no montante de R\$11.036 (R\$10.034 em 31 de dezembro de 2011).

14 Investimentos

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora						% Participação direta		
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Transferência Passivo a Descoberto	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012 31/12/2011
Investimentos									
Bandeirante	791.369			80.968	(45.806)	(47.241)		779.290	100,00 100,00
Escelsa	708.780			156.952	(126.602)	(108.009)		631.121	100,00 100,00
Lajeado	636.806			84.504	(84.710)	(34)		636.566	55,86 55,86
Lajeado (Mais Valia)	84.515	50.769		(3.057)		(1.827)		130.400	55,86 55,86
Enercouth	4.567	500		(257)				4.810	100,00 100,00
Enerpeixe	787.952			113.986	(116.460)			785.478	60,00 60,00
Energist	516.627			103.964	(122.708)	(1.377)		496.506	100,00 100,00
EDP Comercializadora	49.689			38.507	(27.400)			60.796	100,00 100,00
CEJA		36.047		(15.009)			(21.038)	100,00	100,00
Porto do Pecém (Nota 2.6)	367.042	351.630		(103.101)		(4.138)		611.433	50,00 50,00
P. Pecém Transp. Minérios (Nota 2.6)	526			(188)				338	50,00 50,00
Pecém Operações e Manutenção (Nota 2.6)	292	213		(136)				369	50,00 50,00
EDP Renováveis	25.730	66.345		(2.899)				89.176	45,00 45,00
Omega	5.103	4.740		(14)				9.829	100,00 100,00
Evrecy	27.857		(29.953)	5.755	(3.659)			-	100,00 100,00
Outros	5.320							5.320	
Total	4.012.175	510.244	(29.953)	459.975	(527.345)	(162.626)	(21.038)	4.241.432	
Controladora									
	Saldos em 31/12/2011	Amortização		Saldos em 31/12/2012					
Direito de Concessão									
Bandeirante	24.417	(1.458)		22.959					
Enerpeixe	2.882	(116)		2.766					
Lajeado Energia	74.312	(3.542)		70.770					
Porto do Pecém (Nota 2.6)	3.590	(10)		3.580					
Pantanal	9.292	(590)		8.702					
Total	114.493	(5.716)		108.777					

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora					
	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2012				
Goodwill						
Lajeado Energia e Investco	42.293	42.293				
Total	42.293	42.293				

	Controladora			% Participação direta		
	Saldos em 31/12/2011	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas	Saldo em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Passivo a Descoberto						
Escelsapar	1.516	1.557		3.073	100,00	100,00
CEJA	6.716	21.339	(21.038)	7.017	100,00	100,00
Terra Verde	17.250	574	(133)	17.691	92,00	92,00
Total	25.482	23.470	(133)	27.781		

As adições ocorridas no exercício referem-se a aumento de capital em todas as controladas.

Escelsapar

A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$3.073 (R\$1.516 em 31 de dezembro de 2011).

Terra Verde

A Terra Verde possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$16.236 (R\$15.663 em 31 de dezembro de 2011) e na Companhia foi registrada uma provisão para perda com investimento no montante de R\$1.455 (R\$1.587 em 31 de dezembro de 2011).

Em Assembleia Geral Extraordinária da Terra Verde, realizada em 14 de setembro de 2010, a Companhia manifestou interesse em interromper a implantação do projeto Terra Verde, em caráter definitivo, razão pela qual apresentou proposta de dissolução da sociedade que tem como outro acionista a Investimento Verde Participações Ltda., a qual não aceitou a proposta. Diante desse fato, a Companhia ajuizou, em 20 de setembro de 2010, a competente ação de dissolução da sociedade, processo nº 5830020101846178 que tramita na 3ª Vara Cível da Capital de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2011 a Companhia celebrou com a Investimento Verde um Termo de Transação e Outras Avenças com o objetivo de suspender e consequentemente por fim às demandas judiciais e demais controvérsias, transação esta compreendendo o valor de R\$6.500 mil corrigido pro rata die, pelo IGP-M, a ser desembolsada pela EDP assim que satisfeitas as condições precedentes.

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2012
EDP Energias do Brasil					
EDP Renováveis	25.730	66.345		(2.899)	89.176
Outros	5.320		(1)		5.319
Lajeado					
Outros	55				55
Omega					
Outros	520				520
EDP Comercializadora					
BBCE		200			200
Outros Investimentos					
Enercouth	1.271				1.271
Total	32.896	66.545	(1)	(2.899)	96.541

Participação acionária da EDP Comercializadora no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 15 de dezembro de 2011 na Reunião de Diretoria da Companhia foi aprovada a aquisição de 1 lote de mil ações no valor de R\$200, pela EDP Comercializadora que lhe dará direito a uma posição no conselho de administração da BBCE. A BBCE é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com Capital Social de R\$12 milhões (60 lotes de 1.000 ações) e está aberta a participação de todos os Agentes do Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Em 28 de fevereiro de 2012 a EDP Comercializadora efetuou a integralização no Capital Social da BBCE no valor de R\$200.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia						Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado do exercício	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012		31/12/2011				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Ordinárias / Quotas	Ordinárias / Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bandeirante	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	100,00	100,00	2.511.611	2.577.538	1.732.322	1.786.170	779.289	791.368	2.557.089	2.584.707	80.968	222.901		
Enercouth	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	4.904	5.077	93	509	4.811	4.568			(257)	(177)		
Energest	1.000.572	1.000.572	100,00	100,00	100,00	100,00	766.803	776.131	270.299	259.505	496.504	516.626	191.041	143.274	103.963	104.148		
Enerpeixe	499.951	499.951	60,00	60,00	60,00	60,00	2.006.404	2.076.504	697.274	763.251	1.309.129	1.313.253	395.166	357.914	189.977	162.703		
EDP Comercializadora	26.217	26.217	100,00	100,00	100,00	100,00	218.963	166.382	158.167	116.691	60.796	49.691	1.354.606	921.735	38.506	23.698		
Escelsa	5.876	5.876	100,00	100,00	100,00	100,00	2.461.523	2.209.340	1.830.402	1.500.560	631.121	708.780	1.902.304	1.647.749	156.952	103.976		
Escelsapar	10	10	100,00	100,00	100,00	100,00	4.368	5.381	7.441	6.897	(3.073)	(1.516)			(1.557)	(731)		
CEJA	20.127	20.127	100,00	100,00	100,00	100,00	552.408	418.665	559.426	425.382	(7.018)	(6.717)			(36.348)	(7.144)		
Lajeado	113.690	113.690	55,86	100,00	55,86	100,00	1.707.615	1.704.577	206.131	200.147	1.501.484	1.504.430	446.140	427.329	(7.539)	(6.145)		
Porto do Pécem	475.274	475.274	50,00	50,00	50,00	50,00	2.079.137	1.718.441	1.467.704	1.351.000	611.433	367.441	166.533		(103.500)	(35.820)		
Porto do Pécem Transportadora de Minérios S.A.	600	600	50,00	50,00	50,00	50,00	549	679	210	152	339	527	779	406	(188)	(74)		
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração	1	1	50,00	50,00	50,00	50,00	1.492	841	1.123	549	369	292			(136)	(259)		
Terra Verde (i)			92,00	92,00	92,00	92,00	244	244	17.891	17.268	(17.647)	(17.024)			(623)	(11.856)		
EDP Renováveis	46.893	46.893	45,00	45,00	45,00	45,00	234.163	189.769	35.992	132.558	198.171	57.211			(6.441)	(7.738)		
Evrecy		21.512			100,00	100,00		29.747		1.890		27.857	9.885	6.518	5.755	4.879		

(i) O total é de 100 ações.

15 Ativo financeiro indenizável

As controladas Bandeirante e Escelsa possuem saldo de R\$690.278 (R\$483.082 em 31 de dezembro de 2011, inclui a controlada Evrecy) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$3.979, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia). A implementação desta alteração das taxas anuais de depreciação, resultou num acréscimo da vida útil média dos ativos da Companhia de 22 para 24 anos.

A Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, em seu artigo 8º, parágrafo 2º determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, motivo pelo qual as controladas Bandeirante e Escelsa efetuaram o registro contábil em dezembro de 2012 do valor da diferença entre o valor novo de reposição - VNR e o Custo Histórico Corrigido no montante de R\$102.439 em contrapartida à redução da rubrica de Valor novo de reposição em Gastos operacionais (Nota 30).

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Transfe-rências de intangível	Adições	Valor novo de reposição	Baixas	Reclassifi-cação	Alienação de empresa (*)	Valor líquido em 31/12/2012
Ativo financeiro indenizável	483.082	129.926	1.939	102.439	(6.300)	188	(20.996)	690.278
Total	483.082	129.926	1.939	102.439	(6.300)	188	(20.996)	690.278
Circulante	797							
Não circulante	482.285							690.278
	483.082							690.278

(*) Vide nota 3.2

16 Propriedades para investimentos

O saldo de R\$4.127 em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.186 em 31 de dezembro de 2011), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se aufera uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades, de acordo, com avaliação de empresa terceirizada especializada em dezembro de 2012, é de R\$24.336 (R\$25.859 em 31 de dezembro de 2011).

17 Imobilizado

	Controladora							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,25	8	(5)	3	10,00	8	(4)	4
Máquinas e equipamentos	12,64	1.281	(688)	593	10,00	1.043	(579)	464
Veículos	14,29	1.281	(611)	670	20,00	1.272	(476)	796
Móveis e utensílios	6,25	1.590	(1.076)	514	10,00	1.591	(995)	596
		4.160	(2.380)	1.780		3.914	(2.054)	1.860
Total do Imobilizado em serviço		4.160	(2.380)	1.780		3.914	(2.054)	1.860
Imobilizado em curso								
Administração		3.224	-	3.224		1.253	-	1.253
Total do imobilizado em curso		3.224	-	3.224		1.253	-	1.253
Obrigações vinculadas à concessão								
Total imobilizado		7.384	(2.380)	5.004		5.167	(2.054)	3.113

	Consolidado							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		169.090	-	169.090		164.612	-	164.612
Reservatórios, barragens e adutoras	1,87	1.993.878	(329.795)	1.664.083	1,03	1.982.466	(289.330)	1.693.136
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,77	1.120.996	(179.311)	941.685	2,09	777.274	(161.397)	615.877
Máquinas e equipamentos	2,69	2.333.215	(392.683)	1.940.532	2,52	1.687.378	(347.526)	1.339.852
Veículos	14,63	4.154	(3.095)	1.059	10,74	3.866	(2.613)	1.253
Móveis e utensílios	5,01	2.847	(1.325)	1.522	2,98	2.432	573	3.005
		5.624.180	(906.209)	4.717.971		4.618.028	(800.293)	3.817.735
Transmissão								
Terrenos		1	-	1		1	-	1
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	96	(53)	43	4,00	96	(49)	47
Máquinas e equipamentos	3,66	36.238	(10.424)	25.814	3,49	36.239	(9.144)	27.095
		36.335	(10.477)	25.858		36.336	(9.193)	27.143
Administração								
Terrenos		3.638	-	3.638		3.638	-	3.638
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,84	164	(43)	121	4,29	163	(36)	127
Máquinas e equipamentos	12,98	4.645	(2.386)	2.259	9,81	4.231	(1.956)	2.275
Veículos	14,50	3.681	(1.825)	1.856	19,26	3.652	(1.383)	2.269
Móveis e utensílios	6,66	3.282	(2.008)	1.274	8,91	3.268	(1.819)	1.449
		15.410	(6.262)	9.148		14.952	(5.194)	9.758
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		85	-	85		273	-	273
Móveis e utensílios	6,64	369	(257)	112	10,00	370	(234)	136
		454	(257)	197		643	(234)	409
Total do Imobilizado em serviço		5.676.379	(923.205)	4.753.174		4.669.959	(814.914)	3.855.045
Imobilizado em curso								
Distribuição		1	-	1		-	-	-
Geração		1.509.700	(7.800)	1.501.900		1.810.738	(7.800)	1.802.938
Administração		4.455	-	4.455		1.550	-	1.550
Total do imobilizado em curso		1.514.156	(7.800)	1.506.356		1.812.288	(7.800)	1.804.488
Total imobilizado		7.190.535	(931.005)	6.259.530		6.482.247	(822.714)	5.659.533

O imobilizado em curso refere-se basicamente aos investimentos na UTE Porto do Pecém, no montante de R\$878.258 (R\$1.422.669 em 31 de dezembro de 2011), na UHE Santo Antônio do Jari, no montante de R\$426.602, na repotenciação das UHE's Lajeado, Mascarenhas e Tupirantis que totalizam R\$56.869 (R\$143.061 em 31 de dezembro de 2011 refere-se às UHEs Mascarenhas e Tupirantis e PCH Rio Bonito).

O saldo correspondente aos montantes da rubrica de Transmissão refere-se a itens do imobilizado em serviço das geradoras Costa Rica e Investco.

O valor de depreciação no Imobilizado em curso refere-se a provisão para imparidade da controlada Terra Verde, registrada até o período.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

Controladora						
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transfe- rência para imobilizado em serviço/ Intangível	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	4			(1)		3
Máquinas e equipamentos	464		238	(109)		593
Veículos	796		66	(159)	(33)	670
Móveis e utensílios	596			(82)		514
Total do imobilizado em serviço	1.860	-	304	(351)	(33)	1.780
Total do Imobilizado em curso	1.253	2.301	(324)	-	(6)	3.224
Total do imobilizado	3.113	2.301	(20)	(351)	(39)	5.004
Total líquido	3.113	2.301	(20)	(351)	(39)	5.004

Consolidado								
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Juros Capitaliza- dos	Transfe- rência para imobilizado em serviço/ Intangível	Depreci- ação	Baixas	Reclassifi- cação	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço								
Terrenos	168.525			4.478			(188)	172.815
Reservatórios, barragens e adutoras	1.693.075			11.602	(40.652)	(1)	5.364	1.669.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	616.053	1		343.934	(17.896)	(168)	(71)	941.853
Máquinas e equipamentos	1.369.280	234		661.752	(58.771)	(3.406)	(5.792)	1.963.297
Veículos	3.521	118		518	(1.120)	(123)		2.914
Móveis e utensílios	4.591	214		243	(2.192)	(19)	70	2.907
Total do imobilizado em serviço	3.855.045	567	-	1.022.527	(120.631)	(3.717)	(617)	4.753.174
Total do Imobilizado em curso	1.804.488	625.733	96.409	(1.020.225)		(4.359)	4.309	1.506.356
Total do imobilizado	5.659.533	626.300	96.409	2.302	(120.631)	(8.076)	3.692	6.259.530

No exercício, não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, nem ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

17.1

Ingressos

Construção UHE Santo Antônio do Jari

A controlada indireta ECE celebrou um contrato de *Engineering Procurement and Construction - EPC* na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda e Areva Koblitz S.A.

A construção da UHE Santo Antônio do Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto:

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Itapuru.

O investimento correspondente à participação da Companhia totalizou R\$333.887, excluindo juros capitalizados no projeto de R\$19.205.

O investimento total previsto para o projeto situa-se entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões.

Construção UTE Porto do Pecém (vide notas 3.1 e 3.4)

O projeto atingiu um progresso físico de 99,3% e o investimento correspondente à participação da Companhia totalizou R\$210.269, excluindo juros capitalizados no projeto de R\$74.446

A Unidade II encontra-se em estágio avançado de comissionamento, já tendo ocorrido o primeiro acendimento da caldeira (*first fire*) e o processo de sopro de vapor. Os próximos eventos previstos são: (i) testes à turbina e gerador; (ii) ensaios de sincronização e (iii) serviço operacional.

18

Intangível

	Controladora							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	2.770	(2.139)	631	20,00	2.522	(1.994)	528
Total do intangível em serviço		2.770	(2.139)	631		2.522	(1.994)	528
Intangível em curso								
Administração		1.039		1.039		328		328
Total do intangível em curso		1.039	-	1.039		328	-	328
Total intangível		3.809	(2.139)	1.670		2.850	(1.994)	856

Consolidado								
31/12/2012					31/12/2011			
Nota	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Distribuição								
Direito de concessão - Infraestrutura	4,02	4.188.378	(2.441.753)	1.746.625	4,78	4.110.408	(2.297.792)	1.812.616
		4.188.378	(2.441.753)	1.746.625		4.110.408	(2.297.792)	1.812.616
Geração								
Software	19,58	4.080	(3.111)	969	19,48	3.700	(2.520)	1.180
Servidão permanente		670		670		487		487
Direito de concessão - Licenças ambientais	14,87	3.854	(2.325)	1.529	16,58	3.854	(1.752)	2.102
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,27	171.560	(39.864)	131.696	3,27	171.561	(34.253)	137.308
Direito de concessão - Outros	18,1	2,39	1.249.450	(216.528)	2,39	1.249.449	(186.675)	1.062.774
		1.429.614	(261.828)	1.167.786		1.429.051	(225.200)	1.203.851
Transmissão								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	18,79	6.703	(4.613)	2.090	19,92	6.063	(3.992)	2.071
Direito de concessão - Outros	18,1	303.564	(55.534)	248.030		303.564	(49.152)	254.412
		310.267	(60.147)	250.120		309.627	(53.144)	256.483
Total do intangível em serviço		5.928.370	(2.763.728)	3.164.642		5.849.197	(2.576.136)	3.273.061
Intangível em curso								
Distribuição		175.255		175.255		210.486		210.486
Geração		40.748		40.748		38.218		38.218
Administração		2.044		2.044		1.085		1.085
Total do intangível em curso		218.047	-	218.047		249.789	-	249.789
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		940.511		940.511		940.511		940.511
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(940.511)		(940.511)		(940.511)		(940.511)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		305.048		305.048		256.245		256.245
(-) Amortização acumulada do ágio		(305.048)		(305.048)		(256.245)		(256.245)
		-	-	-		-	-	-
Goodwill								
Lajeado Energia e Investco		42.293		42.293		42.293		42.293
		42.293	-	42.293		42.293	-	42.293
Total intangível		6.188.710	(2.763.728)	3.424.982		6.141.279	(2.576.136)	3.565.143

O ágio no montante de R\$42.293 gerado na combinação de negócios em setembro de 2008, quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Enersul pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A na Lajeado e Tocantins Energia S.A.

O ágio de expectativa de resultados futuros, sem vida útil definida é sujeito a análise de recuperação anual e sem efeitos fiscais.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transfêrência para Intangível em Serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço						
Software	528		248	(145)		631
Intangível em curso	328	946	(228)		(7)	1.039
	856	946	20	(145)	(7)	1.670

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Juros capitalizados	Transferência para intangível em serviço/imobilizado	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortização	Reclassificação para imobilizado	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço								
Software	3.251	129		775		(1.215)	(1)	3.060
Serviço permanente	598			183				781
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.102					(573)		1.529
Direito de concessão - Infraestrutura	1.812.616			276.789	(129.926)	(187.175)	(25.679)	1.746.625
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	137.308					(5.613)		131.695
Direito de concessão - Outros	1.317.186					(36.664)	430	1.280.952
Intangível em curso	249.789	245.046	8.903	(280.049)			(1.212)	218.047
Goodwill	42.293						(4.430)	42.293
Total Intangível	3.565.143	245.175	8.903	(2.302)	(129.926)	(231.240)	(3.879)	3.424.982

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.

O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

Unidades geradoras de caixa: Bandeirante, Escelsa, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado e Investco;

Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value*;

Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão;

Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão;

Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M/IPCA: 4,24% a.a;

Taxa de desconto utilizada (líquido de imposto): taxa média da remuneração do investimento: 8,05%.

Em 31 de dezembro de 2012 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

18.1 Direito de Concessão - Outros

	Consolidado		
	31/12/2012		
	Custo	Amortização	Total
Bandeirante	38.143	(15.184)	22.959
Lajeado	122.533	(51.761)	70.772
Enerpeixe	3.837	(1.071)	2.766
Porto do Pecém	3.590	(10)	3.580
Pantanal	13.373	(4.671)	8.702
ECE Participações	584.274		584.274
Investco	787.264	(199.365)	587.899
Total	1.553.014	(272.062)	1.280.952

19 Fornecedores

	Nota	Controladora Circulante		Consolidado Circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica				499.365	305.377
Energia livre	19.1			63.940	58.934
Encargos de uso da rede elétrica				80.013	78.150
Operações CCEE				111.896	31.865
Materiais e serviços		7.897	6.446	278.228	229.416
Total		7.897	6.446	1.033.442	703.742

19.1 Energia livre

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar, concomitantemente, a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal a ser liquidado até 30 de setembro de 2010.

Os pagamentos por parte das controladas Bandeirante e Escelsa, encontram-se suspensos, neste momento, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado no autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$5.006 (R\$6.136 em 2011) em contrapartida a despesa financeira (Nota 31).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures
20.1 Composição do saldo de Debêntures

										Controladora		
										31/12/2012		
										Encargos	Principal	
Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Não circulante	Não circulante	Total
Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDPE	45.000	10	450.000	1ª emissão em 28/08/2012	28/08/2012 a 28/02/2014	Investimentos em ativos de geração de energia	105,0% do CDI	Principal e juro em parcela única no final	11.086	450.000	461.086
Custos de emissão	EDPE			(530)							(412)	(412)
Total										11.086	449.588	460.674
Consolidado												

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos apresentam cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(iv) Aplicável para Bandeirante, Escelsa e Energest: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

(v) pedido de auto-falência;

(vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações;

(ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$ 40.000 na CEJA, a R\$ 50.000 na Energest, e a R\$ 75.000 na Energias do Brasil, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações; e

(x) aplicável à Bandeirante e à Escelsa: vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da companhia na Escritura de Emissão;

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e as controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e CEJA, encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

20.2 Mutação das debêntures no exercício:

Controladora								
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012		
Circulante								
Debêntures				(118)	118	-		
	-	-	-	(118)	118	-		
Não circulante								
Debêntures		449.470	11.086	118		460.674		
	-	449.470	11.086	118	-	460.674		
Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamen- tos de principal	Pagamen- tos de juros	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante								
Debêntures	107.923		(83.325)	(70.280)	69.051	411.146	1.020	435.535
	107.923	-	(83.325)	(70.280)	69.051	411.146	1.020	435.535
Não circulante								
Debêntures	860.637	568.945			34.197	(411.146)		1.052.633
	860.637	568.945	-	-	34.197	(411.146)	-	1.052.633

20.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2013	-	435.535
	-	435.535
Não Circulante		
2014	460.674	621.496
2015		155.732
2016		235.428
2017		39.977
	460.674	1.052.633
Total	460.674	1.488.168

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Modo de contratação	Empresa	Valor contratado	Data de contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Comentários	Consolidado									
								Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011			Total		
									Circulante	Moeda	Cláusula	Circulante	Moeda	Cláusula	Circulante	Moeda	Cláusula
Moeda e estrangeira	BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	USD	5/03/2004	USD 100.000	15/02/2012 a 15/02/2014	Projeto de Investimentos	I. Dívidas totais em relação a dívidas totais de 0,5%; II. Dívidas totais em relação ao EBITDA III. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2.	Principais Juros: Semestrais	-		19	3.052		3.071			
	(-) BID - Custo da transação			(1.786)	01/09/2008 a 15/02/2012			Principais Juros: mensais + amortização	-			(240)		(240)			
	BNDES - USD	55.447	18/02/2002	9.366	16/03/2002 a 16/06/2012	Instalação das usinas hidrelétricas Ypocates, São JoãoES e ParnaíbaMS.	Patrimônio líquido sobre ativo total maior ou igual a 30%.	Principais Juros: mensais	-		1	178		179			
	BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	USD	17/03/2007	USD 159.894	15/02/2006	Instalação da usina termelétrica Pedrin L.	Índice de cobertura da dívida maior ou igual a 1,25.	Custo	1.523		1.488	8.310		291.417			
	(-) Custo de Contrução							Custo	(1.807)		(10.380)	(12.197)		(12.500)			
	BID - Banco Europeu de Investimento	EUR	45.000	17/02/2012	18/02/2012 a 17/02/2016	Implantação da usina termelétrica Pedrin L.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Principais Juros: contatos a Juros	443		40.984	40.907		-			
	(-) BEI - Custo da transação			(110)	18/02/2012 a 17/02/2016			Amortização mensal			(93)	(93)		-			
	BID - Banco Europeu de Investimento	EUR	45.000	17/02/2012	18/02/2012 a 17/02/2016	Aplicação e reflorescimento da rede elétrica da área de distribuição da Eciléria, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Principais Juros: contatos a Juros	443		40.984	40.907		-			
	(-) BEI - Custo da transação			(110)	18/02/2012 a 17/02/2016			Amortização mensal			(93)	(93)		-			
	BID - Banco Europeu de Investimento	EUR	45.000	17/02/2012	18/02/2012 a 17/02/2016	Aplicação e reflorescimento da rede elétrica da área de distribuição da Eciléria, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Principais Juros: contatos a Juros	443		40.984	40.907		-			
Moeda nacional	Etrolétrica Reiz - ECF 2617/07	608	9/04/2007	30/04/2013	30/04/2013	Programa Reiz - Município de Apucarana/SP		Principais Juros: mensais	42		42	125		42			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2656/07	3.911	12/12/2007	30/03/2009 a 28/02/2014	30/03/2009 a 28/02/2014	Programa Reiz - Município de Itabati/SP		Principais Juros: mensais	723		120	843		723			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2657/07	10.036	12/12/2007	30/06/2010 a 30/04/2016	30/06/2010 a 30/04/2016	Programa Reiz - Município de Guaratuba/SP		Principais Juros: mensais	2.000		2.687	4.687		2.000			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2658/07	2.946	12/12/2007	30/03/2009 a 28/02/2014	30/03/2009 a 28/02/2014	Programa Reiz - Município de Suzano/SP		Principais Juros: mensais	463		82	575		463			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2770/09	3.517	18/03/2010	30/09/2012 a 30/07/2017	30/09/2012 a 30/07/2017	Programa Reiz - Município de Guaratingatã/SP		Principais Juros: mensais	548		1.965	2.516		227			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2800/09	3.392	27/05/2010	30/07/2012 a 30/07/2017	30/07/2012 a 30/07/2017	Programa Reiz - Município de Mog das Cruzes/SP		Principais Juros: mensais	524		1.881	2.409		224			
	Etrolétrica LPT - ECF/FS 019/04	11.523	28/05/2004	30/07/2016	30/07/2016	Programa Luz para Todos		Principais Juros: mensais	1.065		2.792	3.817		1.064			
	Etrolétrica LPT - ECF/FS 194/07	12.359	25/06/2007	30/11/2009 a 09/06/2017	30/11/2009 a 09/06/2017	Programa Luz para Todos		Principais Juros: mensais	1.313		7.683	8.976		371			
	Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário	102.000	9/12/2006	06/12/2013	06/12/2013	Capital de Giro		Principais Juros: mensais	20.400		20.487	20.400		20.400			
	Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	30.000	22/06/2011	08/06/2014	08/06/2014	Capital de Giro		Principais Juros: mensais	4.476		30.000	34.476		30.000			
	BNDES - Banco do Brasil	35.513	27/12/2007	15/07/2009 a 15/06/2014	15/07/2009 a 15/06/2014	Programa de Investimentos de maio de 2006		Principais Juros: mensais	5.937		2.988	8.934		5.937			
	BNDES - Banco Santander	35.513	27/12/2007	15/07/2009 a 15/06/2014	15/07/2009 a 15/06/2014	Programa de Investimentos de maio de 2006		Principais Juros: mensais	5.937		2.988	8.934		5.937			
	BNDES - BB/CALC	153.283	28/01/2009	17/02/2013 a 17/02/2019	17/02/2013 a 17/02/2019	Programa de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.		Principais Juros: mensais	18.864		72.916	93.027		18.219			
	BNDES - BB/CALC	164.891	28/01/2009	17/02/2013 a 15/05/2017	17/02/2013 a 15/05/2017	Programa de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.		Principais Juros: mensais	24.683		88.172	113.177		21.953			
	(-) BNDES - CALC - Custos de formação	(205)	28/01/2009	17/02/2013 a 15/05/2017	17/02/2013 a 15/05/2017			Amortização mensal do custo de formação	(30)		(46)	(75)		(37)			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2481/05	1.230	30/08/2008	30/07/2016	30/07/2016	Programa Reiz - Município de Vitoras/ES		Principais Juros: mensais	200		602	802		201			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2486/05	261	12/07/2007	30/11/2013	30/11/2013	Programa Reiz - Município de Alcaes Chaves/ES		Principais Juros: mensais	40		40	40		43			
	Etrolétrica Reiz - ECF 2500/05	390	12/07/2007	30/11/2013	30/11/2013	Programa Reiz - Município de Santa Maria de Alcaes		Principais Juros: mensais	54		54	54		60			
	Etrolétrica LPT - ECF/FS 031/04	30.868	21/05/2004	30/09/2009 a 30/07/2016	30/09/2009 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos		Principais Juros: mensais	2.338		6.040	8.378		2.338			
	Etrolétrica LPT - ECF/FS 106/05	50.304	29/11/2005	30/04/2018	30/04/2018	Programa Luz para Todos		Principais Juros: mensais	3.762		16.267	20.009		3.762			
	Etrolétrica LPT - ECF/FS 181/07	75.764	25/06/2007	30/04/2018	30/04/2018	Programa Luz para Todos		Principais Juros: mensais	4.529		28.685	33.214		4.293			
	Etrolétrica LPT - ECF/FS 258/09	56.727	28/06/2009	30/07/2012 a 30/12/2021	30/07/2012 a 30/12/2021	Programa Luz para Todos		Principais Juros: mensais	1.702		13.617	15.319		1.702			

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Empresas	Valor contratado	Data de contratação	Valor liberado	Vencimento do contrato	Utilização	Covenants	31/12/2012			31/12/2011		
							Circulante	circulante	circulante	Circulante	circulante	total
Banco do Brasil - Santander - Cidadã de Crédito Bancário Comercial	40.800	9/02/2007	40.800	10/02/2012 a 10/02/2014	Capital de Giro	Dado bruto em relação ao EBITDA, menor ou igual a 3,5.	464	7.154	8.000	1.123	8.000	23.758
Banco do Brasil - Nara de Crédito Comercial	135.000	24/08/2010	135.000	29/10/2010 a 29/05/2015	Capital de Giro	Dado bruto em relação ao EBITDA, menor ou igual a 3,5.	1.919	30.295	7.000	110.800	148.714	148.320
Banco do Brasil - Nara de Crédito Comercial	48.000	27/05/2011	48.000	27/05/2011 a 9/05/2014	Capital de Giro	100% de CDI	-	-	48.000	48.000	-	48.000
Banco do Brasil - Nara de Crédito Comercial	(2.025)	24/08/2010	(2.025)	29/05/2010 a 15/08/2014	Programa de investimentos em apostas, modernização e melhoria do desempenho da rede de atendimento ao cliente	3,3% a.a. acima da TLP	27	-	(809)	(809)	-	(809)
Banco do Brasil - Nara de Crédito Comercial	35.368	27/12/2007	35.368	15/08/2010 a 15/08/2014	Programa de investimentos em apostas, modernização e melhoria do desempenho da rede de atendimento ao cliente	3,3% a.a. acima da TLP	55	546	2.773	8.345	5.546	9.317
Banco do Brasil - Nara de Crédito Comercial	35.368	27/12/2007	35.368	15/08/2010 a 15/08/2014	Programa de investimentos em apostas, modernização e melhoria do desempenho da rede de atendimento ao cliente	3,3% a.a. acima da TLP	27	546	2.773	8.345	5.546	9.317
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	90.000	4/10/2012	90.000	04/10/2012 a 24/08/2014	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.	98,0% de CDI	-	1.327	93.000	91.327	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	(1.688)	4/10/2012	(1.688)	04/10/2012 a 24/08/2014	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.	98,0% de CDI	-	(842)	(807)	(1.478)	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dado bruto em relação ao EBITDA, menor ou igual a 3,5.	773	9.800	13.300	25.873	9.800	40.028
Santander - CDI - 201008019	11.864	12/02/2009	11.864	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro	113,50% de CDI	-	-	-	1.285	11.864	13.149
Santander - CDI - 201008029	21.385	12/02/2009	21.385	06/03/2012 a 06/03/2014	Capital de Giro	113,50% de CDI	-	-	-	2.314	21.385	23.699
BNDES	25.404	13/11/2009	20.004	15/08/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento	4,50% a.a. + 1,52% a.a. acima da TLP	32	2.603	11.055	45	2.903	13.558
BNDES - IRL	55.447	18/02/2002	53.214	16/03/2002 a 16/09/2012	Indenização das ações judiciais Vopaleis, São João e Peralto/MS.	4,50% a.a. + 1,52% a.a. acima da TLP	6	-	-	8	1.884	1.902
Enteada Real - ECF 1680/97	5.375	4/11/1987	5.375	30/04/2010 a 31/05/2014	Contrato de União Habitacional Costa Rica.	5,00% a.a. + 1,50% a.a. acima da TLP	-	-	-	9	649	1.190
BNDES	335.000	21/05/2004	335.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	677	56.464	117.611	174.742	56.464	231.543
Banco Itaú	100.500	21/05/2004	100.500	17/03/2008 a 15/01/2016	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	206	17.220	35.875	53.301	313	70.629
Bradesco	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	172	14.300	29.886	44.418	14.300	59.857
Unibanco	67.000	21/05/2004	67.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	138	11.480	23.917	35.535	11.480	47.085
Banco do Brasil	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	172	14.300	29.886	44.418	14.300	59.857
BNDES	705.100	10/06/2009	701.418	10/06/2009 a 10/06/2009	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	2.475	59.236	740.449	802.160	20.281	709.586
Banco do Brasil	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2014	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	4,5% a.a. acima da TLP	176	5.079	9.794	63.989	5.079	69.326
Ativos mobiliários correntes	10.000	20/12/2011	10.000	20/12/2011 a 20/03/2012	Capital de Giro	8,70% a.a.	7.086	25.379	21.293	54.368	2.565	56.194
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	36	10.000	10.036
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	185	46.796	46.941
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	238	54.700	55.038
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.	100% de CDI	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Cidadã de Crédito Bancário	300.000	21/05/2004	300.000	15/07/2011 a 15/07/2012	Indenização da União Habitacional Costa Rica.							

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

Consolidado										
Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste a valor presente	Custo de transação	Variação monetária e cambial
Circulante										
Empréstimos, financiamentos e encargos										
392.881	52.600	(684.444)	(164.921)	151.012	(168)	594.850			6.117	726
Swaps										
78.917		(74.049)	(1.318)	59			12.686			258
471.798	52.600	(758.493)	(166.239)	151.071	(168)	594.850	12.686	-	6.117	984
Empréstimos, financiamentos e encargos										
2.108.032	738.471			61.671	168	(594.850)	(548)	2.633	873	38.809
Swaps										
65.196							6.999			
2.173.228	738.471	-	-	61.671	168	(594.850)	6.451	2.633	873	38.809

21.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Consolidado			
Tipo de moeda			
Vencimento	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2013	327.639	37.567	365.206
	327.639	37.567	365.206
Não circulante			
2014	460.503	37.118	497.621
2015	399.151	37.335	436.486
2016	157.320	34.092	191.412
2017	118.853	33.184	152.037
2018	97.960	113.649	211.609
2019 até 2023	434.732	145.645	580.377
2024 até 2028	243.100	39.718	282.818
2029 até 2032	75.094		75.094
	1.986.713	440.741	2.427.454
Total	2.314.352	478.308	2.792.660

22 Benefícios pós-emprego

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
BSPS - Reservas a amortizar		16.075	18.317	138.363
Programas assistenciais				6.867
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA		1.734	1.018	1.302
Assistência médica e seguro de vida		17.639	10.647	344.812
Previdência privada	6	1	6	
Previdência privada - EnerPrev		49	47	
	6	35.498	30.035	491.344

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência as controladas Bandeirante, Escelsa, Investco e Energest contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

De acordo com o normativo CPC 33 – Benefícios a Empregados, as obrigações futuras sob a forma de benefício definido, assumidas pelas empresas, devem ser reconhecidas no passivo líquidas dos fundos constituídos.

22.1 Bandeirante

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
BSPS - Reservas a amortizar	16.075	18.317	138.363	75.851
Programas assistenciais			6.867	6.867
Previdência Privada	1			
	16.076	18.317	145.230	82.718

A controlada Bandeirante mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

22.1.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1º de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da controlada Bandeirante, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante. O valor de R\$154.438 corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano que possui a adesão de 602 colaboradores em 31 de dezembro de 2012.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. Em decorrência do déficit apurado, a controlada Bandeirante possui um compromisso que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da controlada Bandeirante.

(ii) Planos de Benefícios Misto – BD e CD

- Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a controlada Bandeirante e os participantes.

- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à controlada Bandeirante.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Bandeirante contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(586.920)	492.753	(94.167)	(486.439)	373.195	(113.244)
Custo do serviço corrente	93		93	939		939
Custo dos juros	(58.926)		(58.926)	(51.189)		(51.189)
Rendimento esperado dos ativos		54.480	54.480		43.453	43.453
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(122.405)	50.827	(71.578)	(73.990)	82.364	8.374
Contribuições pagas pela Companhia		15.660	15.660		17.500	17.500
Contribuições pagas pelos empregados	(2.107)	2.107		(1.766)	1.766	
Benefícios pagos pelo plano	27.792	(27.792)		25.525	(25.525)	
Saldo final reconhecido	(742.473)	588.035	(154.438)	(586.920)	492.753	(94.167)
Valor presente das obrigações atuariais	(742.473)	588.035	(154.438)	(586.920)	492.753	(94.167)

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012.

A perda atuarial de R\$122.405 no valor presente das obrigações apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012 foi decorrente principalmente da revisão das premissas de crescimentos salariais futuros utilizados nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$73.990.

As contribuições da controlada Bandeirante esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R\$16.075.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante – PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	1.771	1.207
Custo dos juros	58.926	51.189
Rendimento esperado dos ativos	(54.480)	(43.453)
Contribuições esperadas dos empregados	(1.864)	(2.146)
Total	4.353	6.797

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$73.733 (R\$26.492 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(50.827)	(82.364)	17.794	(10.854)	16.490
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-8,64%	-16,72%	4,77%	-3,07%	5,28%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	122.405	73.990	32.761	(16.553)	(9.382)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	16,49%	12,61%	6,73%	-3,85%	-2,22%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(742.473)	(586.920)	(486.439)	(430.120)	(422.199)
Valor justo dos ativos	588.035	492.753	373.195	354.080	312.153
Situação do plano	<u>(154.438)</u>	<u>(94.167)</u>	<u>(113.244)</u>	<u>(76.040)</u>	<u>(110.046)</u>

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Classe de ativo	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	89,50%	85,60%
Ações	8,40%	11,56%
Imóveis	0,30%	0,36%
Outros	1,80%	2,48%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2012		2011	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	<u>100%</u>	<u>11,10%</u>	<u>100%</u>	<u>11,63%</u>

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes do plano:

	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	666	749
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	136	103
Aposentados e pensionistas	<u>653</u>	<u>610</u>
	<u>789</u>	<u>713</u>
Total	<u>1.455</u>	<u>1.462</u>

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2012	2011
Econômicas		
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento do plano de benefícios	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Escelsa

A controlada Escelsa mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

22.2.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

22.2.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

Esse plano tem a adesão de 661 colaboradores.

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(159.876)	258.427	(98.551)	(143.214)	239.072	(95.858)
Custo do serviço corrente	(394)		394	(113)		113
Custo dos juros	(15.699)		15.699	(14.729)		14.729
Rendimento esperado dos ativos		27.961	(27.961)		27.092	(27.092)
Ganhos/(perdas) atuariais	(26.995)	6.421	20.574	(13.304)	3.572	9.732
Contribuições pagas pela Companhia		210	(210)		175	(175)
Contribuições pagas pelos empregados	(206)	206		(172)	172	
Benefícios pagos pelo plano	12.024	(12.024)		11.656	(11.656)	
Saldo final	(191.146)	281.201	(90.055)	(159.876)	258.427	(98.551)

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a controlada Escelsa. A Administração da controlada Escelsa não registrou esse ativo por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a controlada Escelsa contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$2.882 (R\$2.778 em 2011).

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2012	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(6.421)	(3.572)	(28.137)	(1.972)	19.700
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-2,28%	-1,38%	-11,77%	-0,99%	10,50%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	26.995	13.304	7.782	9.016	(8.448)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	14,12%	8,32%	5,43%	6,80%	-7,01%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(191.146)	(159.876)	(143.214)	(132.626)	(120.453)
Valor justo dos ativos	281.201	258.427	239.072	200.084	187.553
Situação do plano	90.055	98.551	95.858	67.458	67.100

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Classe de ativo	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	91,09%	90,80%
Ações	7,60%	7,76%
Imóveis	0,44%	0,50%
Outros	0,87%	0,94%
Total	100%	100%

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Titulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100%	11,10%	100%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$34.382 (R\$30.644 em 2011), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$27.961 (R\$27.092 em 2011), ocasionando assim um ganho atuarial de R\$6.421 (R\$3.572 em 2011) não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I	Plano II	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	2	723	725	802
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		15	15	11
Aposentados e pensionistas	719	214	933	941
	719	229	948	952
Total	721	952	1.673	1.754

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

22.2.2 Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	1.730	981	1.302	2.597
Assistência médica e seguro de vida	17.512	10.591	339.280	174.582
Previdência Privada - EnerPrev	27	26		
	19.269	11.598	340.582	177.179

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da controlada Escelsa.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(188.751)	(188.751)	(96.725)	(96.725)
Custo do serviço corrente	(2.331)	(2.331)	(1.366)	(1.366)
Custo dos juros	(21.565)	(21.565)	(13.220)	(13.220)
Custo do serviço passado	(2.596)	(2.596)	(2.596)	(2.596)
Custo especial por término de benefício	(130)	(130)		
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(163.650)	(163.650)	(86.631)	(86.631)
Benefícios pagos diretamente pela Companhia	19.199	19.199	11.787	11.787
Saldo final reconhecido	(359.824)	(359.824)	(188.751)	(188.751)
Custo do serviço passado não reconhecido	(25.237)		(27.833)	
Valor presente das obrigações atuariais	(385.061)	(359.824)	(216.584)	(188.751)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A controlada Escelsa iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 10 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$163.650 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$86.631.

As contribuições esperadas da controlada Escelsa para estes benefícios para o exercício de 2013 são de R\$19.242.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	2.331	1.366
Custo dos juros	21.565	13.220
Custo do serviço passado	2.596	2.596
Custo especial por término de benefício	130	
Total	26.622	17.182

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$208.735 (R\$100.726 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	163.650	86.631	33.765	25.182	(10.884)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	42,50%	40,00%	26,55%	33,56%	-19,64%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações totalmente descobertas	(385.061)	(216.584)	(127.154)	(75.040)	(55.428)
Situação do plano	(385.061)	(216.584)	(127.154)	(75.040)	(55.428)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	358.141	406.823	317.582
Custo do Serviço e Custo dos juros	25.358	28.657	22.677

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012			
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	n/a	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011			
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.3 Investco

A controlada Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

22.3.1 Assistência médica Lei 9.656/98: Benefício Definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº9.656/98	19	8	551	243
Previdência Privada - EnerPrev		4		
	19	12	551	243

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da controlada Investco, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(251)	(251)		
Custo do serviço corrente	(106)	(106)	(158)	(158)
Custo dos juros	(69)	(69)	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(19)	(19)	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício			554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(125)	(125)	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	(570)	(570)	(251)	(251)
Custo do serviço passado não reconhecido	(406)		(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	(976)	(570)	(676)	(251)

A controlada Investco iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 21 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

As contribuições da controlada Investco esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R\$19.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	106	158
Custo dos juros	69	89
Custo do serviço passado	19	298
Custo especial por redução de benefício		(554)
Total	194	(9)

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$254 em 31 de dezembro de 2012 (R\$171 em 31 de dezembro de 2011).

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	976	1.142	841
Custo do Serviço e Custo dos juros	194	209	181

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012	2011
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	10,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11,44%a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6%a.a. até 2024	11%a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6%a.a. até 2023
Inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.4 Energest

A controlada Energest mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA e outros benefícios a aposentados.

22.4.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

22.4.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

A controlada Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A controlada Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Energest contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

Esse plano tem a adesão de 23 colaboradores.

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(1.187)	2.643	1.456	(986)	2.115	1.129
Custo do serviço corrente	(51)		(51)	(25)		(25)
Custo dos juros	(118)		(118)	(103)		(103)
Rendimento esperado dos ativos		292	292		243	243
Ganhos/(perdas) atuariais	(201)	(80)	(281)	(131)	328	197
Contribuições pagas pela Companhia		15	15		15	15
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7		(8)	8	
Benefícios pagos pelo plano	48	(48)		66	(66)	
Saldo final reconhecido	(1.516)	2.829	1.313	(1.187)	2.643	1.456
Valor presente das obrigações atuariais	(1.516)	2.829	1.313	(1.187)	2.643	1.456

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a controlada Energest. A Administração da controlada Energest não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a controlada Energest contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A controlada Energest contribuiu no período com R\$183 (R\$181 em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	80	(328)	930	(130)	(182)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	2,83%	-12,41%	43,97%	-4,67%	-7,37%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	201	131	(459)	622	182
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	13,26%	11,05%	-46,55%	46,42%	21,41%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.516)	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)
Valor justo dos ativos	2.829	2.642	2.115	2.782	2.469
Situação do plano	1.313	1.456	1.129	1.442	1.619

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Classe de ativo	Alocação %	Alocação %
Titulos de dívida	89,12%	88,37%
Ações	8,57%	9,13%
Imóveis	0,88%	0,97%
Outros	1,43%	1,53%
Total	100,00%	100,00%

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2012		2011	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Titulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$212, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$292, ocasionando assim um perda atuarial de R\$80 não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I	Plano II	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos		41	41	46
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		4	4	2
Aposentados e pensionistas		1	2	2
	1	5	6	4
Total	1	46	47	50

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2012		2011	
Econômicas	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

22.4.2 Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	4	37		
Assistência médica e seguro de vida	108	48	4.981	2.272
Previdência privada - EnerPrev	20	17		
	132	102	4.981	2.272

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da controlada Energest.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Energest contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(2.357)	(2.357)		
Custo do serviço corrente	(143)	(143)	(90)	(90)
Custo dos juros	(392)	(392)	(177)	(177)
Custo do serviço passado	(155)	(155)	(190)	(190)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.086)	(2.086)	(1.907)	(1.907)
Benefícios pagos diretamente pela companhia	40	40	7	7
Saldo final reconhecido	(5.093)	(5.093)	(2.357)	(2.357)
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.353)		(1.508)	
Valor presente das obrigações atuariais	(6.446)	(5.093)	(3.865)	(2.357)

A controlada Energest iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 17 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$2.086 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$1.907.

As contribuições esperadas da controlada Energest para estes benefícios para o ano de 2013 são de R\$112.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	143	90
Custo dos juros	392	177
Custo do serviço passado	155	190
Total	690	457

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$2.635.

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ajustes de experiência com obrigações do plano			
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	2.086	1.907	
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	32,36%	49,34%	
Situação do plano			
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(6.446)	(3.865)	(1.651)
Situação do plano	(6.446)	(3.865)	(1.651)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressuposto s centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	6.202	7.294	5.313
Custo do Serviço e Custo dos juros	638	728	565

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2012		
Econômicas	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6,0% a.a. até 2024	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Econômicas	2011		
	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	n/a	11,0% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6,0% a.a. até 2023	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

22.5 EnerPrev – Planos de pensão do tipo Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra planos de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia e suas controladas administram planos PGBL contratados, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e suas controladas. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições das patrocinadoras e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadoras deste tipo de planos, a Companhia contribuiu no período com R\$770 (R\$672 em 31 de dezembro de 2011) e as companhias do Grupo EDP Energias do Brasil contribuíram no período com o montante de R\$3.102 (R\$2.508 em 31 de dezembro de 2011).

Esse plano tem a adesão de 66^(*) colaboradores da Companhia e 778^(*) colaboradores de suas controladas.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23 Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	9.505	7.054	56.813	49.891
IRPJ / CSLL			260	137
INSS e FGTS	1.859	1.353	10.587	9.136
Total	11.364	8.407	67.660	59.164

Na rubrica folha de pagamento estão contempladas, basicamente, provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

24 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Consolidado					
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Quota de reserva global de reversão - RGR		23.765	51.971		(68.947)	17	6.791
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC		27.305	292.100		(305.372)		14.033
Juros sobre fundo de reversão		73	875		(875)		73
Conta de desenvolvimento energético - CDE		18.607	244.739		(242.951)		20.395
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		7.059	39.079		(38.403)		7.735
Encargos tarifários (ECE/ EAEFE)		31.772	15		(74)		31.713
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	24.1	72.676	31.370	1.758	(17.841)	(10.029)	77.793
Programa de eficiência energética - PEE	24.1	98.281	20.088	1.031	(59.422)	(141)	59.978
Taxa de fiscalização - ANEEL		1.158	14.372		(14.321)		1.206
Outros encargos	24.2	1.713	12.052		(11.303)	(3)	2.462
Total		282.409	706.661	2.789	(700.087)	(69.434)	222.179
Circulante		275.374					205.108
Não circulante		7.035					17.071
Total		282.409					222.179

24.1 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)

Os gastos com P&D e PEE efetuados pelas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 300/08 e 316/08. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente por competência o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

24.2 Outros encargos

A Lei nº 12.911/09, regulamentada pelos Ofícios circulares nº 965/10-SFF/ANEEL e 648/10-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida, utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento a Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Uso de Bem Público

As controladas Enerpeixe e Investco, como retribuição pela outorga a elas concedidas para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, pagam à União, ao longo do prazo de vigência dos contratos de concessões e enquanto os estiverem explorando, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido nos contratos de concessões, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 18) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do Bem Público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

Segue abaixo movimentação do exercício:

Principal	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.184	231.139
Ajuste a valor presente	(8)	(209)
Encargos e atualizações monetárias	252	31.993
Amortizações	(19.258)	
Transferência para o circulante	20.783	(20.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.953	242.140

26 Provisões – Circulante e Não circulante

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	26.1	6.429	5.108	31.569	25.250	14.088	15.582	171.024	163.453
Licenças Ambientais	26.2					12.663	20.321	9.404	17.207
Desmantelamento								2.079	1.908
Contraprestação contingente	26.3					29.692	126.224		
Total		6.429	5.108	31.569	25.250	56.443	162.127	182.507	182.568

26.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

26.1.1 Risco de perda provável

As Administrações da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Controladora						Consolidado	
		Passivo			Ativo			Ativo	
		Baixas		Atualização monetária	Depósito Judicial (Nota 11)		Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
		Saldo em 31/12/2011	Adições		Reversões	Saldo em 31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	9		2		11		1.882	5
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	15			(15)				
Outros		30.334	8.824	5.167	(6.338)	37.987			
Total		30.358	8.824	5.169	(6.353)	37.998		1.882	5
Circulante		5.108				6.429			
Não circulante		25.250				31.569			
Total		30.358				37.998			
	Instâncias	Consolidado						Ativo	
		Passivo			Ativo			Ativo	
		Baixas		Atualização monetária	Depósito Judicial (Nota 11)		Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
		Saldo em 31/12/2011	Adições		Pagamentos	Reversões		31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	54.914	26.102	10.573	(21.167)	(7.246)	63.176	28.458	24.857
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	78.862	18.171	8.391	(17.342)	(15.616)	62.317	27.280	30.479
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	14.925	138	869	(406)	(7.531)	7.995	995	2.903
Outros		30.334	14.126	9.909	(6.556)	(6.338)	51.624		
Total		179.035	58.537	29.742	(45.065)	(29.606)	185.112	56.733	58.239
Circulante		15.582					14.088		
Não circulante		163.453					171.024		
Total		179.035					185.112		

26.1.1.1 Trabalhistas

Bandeirante

Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da controlada Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras e adicional de periculosidade.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 é R\$18.676 (R\$18.484 em 31 de dezembro de 2011).

Escelsa, Energest, Investco, Escelsapar, Enerpeixe e EDP - Energias do Brasil

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$44.500 (R\$36.430 em 31 de dezembro de 2011).

26.1.1.2 Cíveis

Bandeirante

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$37.158 (R\$47.105 em 31 de dezembro de 2011), destacando-se:

Processos movidos pela White Martins, quais sejam:

- Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Controlada Bandeirante cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A controlada Bandeirante apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Superior Tribunal de Justiça discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012 é de R\$13.994 (R\$11.407 em 31 de dezembro de 2011).

- Processo nº 583.00.2000.577510-1, em trâmite na 32ª Vara Cível do Foro central da Comarca de São Paulo que discute a legalidade da majoração tarifária instituída pelas Portarias nºs 38/86 e 45/86 do DNAEE, e a consequente devolução dos valores supostamente pagos a maior durante o período de congelamento de preços (fevereiro à novembro de 1986). No mês de fevereiro de 2012, a autora iniciou a execução da sentença condenatória e apresentou os cálculos do valor da condenação, qual seja, R\$6.375. Em contrapartida, a controlada Bandeirante realizou depósito judicial em garantia do referido valor, porém apresentou também impugnação aos cálculos da White Martins, visando sua redução para aproximadamente R\$ 5,7 milhões. Tendo em vista o acolhimento da impugnação da controlada Bandeirante, realizamos a baixa do valor provisionado no valor atualizado do depósito judicial. Em 13 de agosto de 2012, a White Martins efetuou o levantamento do montante atualizado de R\$5.889 e a Bandeirante levantou o saldo remanescente no valor de R\$703. Aguarda-se arquivamento da ação. Não há saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.213 em 31 de dezembro de 2011).

Escelsa

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.644 (em 31 de dezembro de 2011 não existia saldo provisionado).

EDP Comercializadora

A controlada EDP Comercializadora, em 31 de dezembro de 2011 era parte na Ação declaratória de Nulidade da decisão arbitral, em trâmite no Juizado de Niterói no estado do Rio de Janeiro, movido pela Ampla Serviços e Energia S.A e o risco envolvido no processo era relativo a sucumbência no caso de eventual condenação da controlada EDP Comercializadora.

Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre as partes, afim de finalizar os processos judiciais relativos ao contencioso do contrato firmado em 26 de junho de 2002, o que originou a reversão das contingências cíveis conforme apresentado no quadro, vide nota 5.2.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$4.433, sendo este totalmente revertido em 31 de dezembro de 2012.

Investco

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da controlada Investco por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela controlada Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela controlada Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 12).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.1.1.3 Fiscais

Bandeirante

A controlada Bandeirante possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. Esses casos representam em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$4.285 (R\$12.274 em 31 de dezembro de 2011).

Há também discussão administrativa sobre exigência relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$219 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão).

Escelsa Participações

O INSS lavrou notificação para exigência da contribuição previdenciária em razão da desconsideração de autônomos e de outras pessoas jurídicas, alegando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada Escelsa Participações. A provisão é de R\$ 2.446 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2012) e o processo aguarda decisão judicial.

Escelsa

A controlada Escelsa possui discussões judiciais relativas à exigência de ISSQN e IPTU avaliadas como perda provável, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 321 (R\$284 em 31 de dezembro de 2011).

Também discute multa aplicada pelo INSS com risco estimado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$723 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão). O processo encontra-se aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

26.1.1.4 Outros

Na Companhia as ações classificadas como Outros referem-se principalmente aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul, era exercido pela Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$37.987 (R\$30.334 em 31 de dezembro de 2011). Para as controladas Bandeirante e Escelsa parte do saldo desta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso, no valor de R\$6.803.

26.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Controladora				Consolidado			
		Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
		Depósito Judicial		Depósito Judicial		Depósito Judicial		Depósito Judicial	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	958	1.471	411	405	119.410	91.551	6.117	6.133
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.362	3.614			310.838	274.807	7.990	2.541
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	82.689	57.358	5.257	4.123	722.625	472.180	15.912	12.716
Outros		24.910	43.554			31.425	47.295		
Total		112.919	105.997	5.668	4.528	1.184.298	885.833	30.019	21.390

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

26.1.2.1 Trabalhistas
Escelsa

Dentre as diversas ações de reclamações trabalhistas destacam-se 28 processos, envolvendo diversos colaboradores, os quais questionam as alterações realizadas no plano de cargos e salários, entre os anos de 2002 a 2006. Em 26 destes processos, a matéria está em discussão no Tribunal Superior do Trabalho, havendo ainda expectativa de decisões judiciais favoráveis à controlada Escelsa. Em 02 processos, por questões processuais, houve trânsito em julgado, mas ainda não houve materialização da sentença. O montante estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$27.217 (R\$21.653 em 31 de dezembro de 2011).

26.1.2.2 Cíveis
Bandeirante

A controlada Bandeirante é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à controlada Bandeirante julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a controlada Bandeirante interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da controlada Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a controlada Bandeirante opôs embargos de declaração, os quais pendem de julgamento. Importante ressaltar que há entendimento pacífico nos tribunais superiores no sentido de que só é devida a devolução dos valores pagos no período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$76.017 (R\$61.967 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada Bandeirante é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivo, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A controlada Bandeirante aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$48.556 (R\$41.071 em 31 de dezembro de 2011).

Investco

As ações judiciais de natureza cível na controlada Investco referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$87.505 (R\$83.112 em 31 de dezembro de 2011).

Por serem em número considerável, não se torna exequível a identificação da instância em que cada uma se encontra.

Escelsa

A controlada Escelsa é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A controlada Escelsa aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$21.608 (R\$18.277 em 31 de dezembro de 2011).

Porto do Pecém

Processo nº 2008.81.00.012450-9

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal ("MPF") objetivando: (i) que a SEMACE e o IBAMA abstenham-se de emitir licenças para atividades na área do Complexo Industrial-Portuário Governador Mário Covas até o licenciamento do Complexo, (ii) a paralisação imediata das obras da Energia Pecém e (iii) o condicionamento de celebração de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio Complexo Industrial. A causa não tem valor pecuniário.

Processo nº 2009.81.00.006337-9

Medida Cautelar Incidental com pedido de liminar (distribuída por dependência à Ação Civil Pública nº 2008.81.00.012450-9) em face (i) do Estado do Ceará, (ii) de Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, da (iii) Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE e (iv) Porto do Pecém Geração de Energia S.A., requerendo provimento judicial que determine, em suma, que (i) a última paralise as obras de instalação da Termelétrica Energia Pecém, na área do Complexo Industrial, até que as falhas e omissões apontadas pelo MPF sejam supridas pela SEMACE, bem como que (ii) a SEMACE somente emita qualquer renovação das licenças já concedidas, ou qualquer nova licença ambiental para o empreendimento em questão, quando as referidas falhas e omissões forem contornadas. A causa não tem valor pecuniário.

Processo nº 2009.81.00.016918-2

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal ("MPF"), buscando a proteção de direitos e interesses coletivos relacionados à comunidade indígena Anacé, buscando-se evitar a desapropriação e o reassentamento do grupo étnico do seu território tradicional, ou seja, resguardar supostos direitos territoriais dos índios dessa etnia. Para tanto, formulou pedido liminar de suspensão de licenciamentos ambientais de projetos desenvolvidos na área e paralisação de todas as obras. A causa não tem valor pecuniário.

Processo nº 0002218-23.2010.4.05.8100

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal ("MPF"), buscando a proteção de direitos e interesses coletivos relacionados à comunidade indígena Anacé, buscando-se evitar a desapropriação e o reassentamento do grupo étnico do seu território tradicional, ou seja, resguardar supostos direitos territoriais dos índios dessa etnia. Para tanto, formulou pedido liminar de suspensão de licenciamentos ambientais de projetos desenvolvidos na área e paralisação de todas as obras. A causa não tem valor pecuniário.

26.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil

A Companhia possui discussões administrativas relativas à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam R\$70.875 (R\$52.188 em 31 de dezembro de 2011).

Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela controlada Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$111.498 em 31 de dezembro de 2012 (R\$102.887 em 31 de dezembro de 2011). A controlada Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 e Resolução SF nº 98/10.

Possui ainda, discussão administrativa relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor de R\$22.556 em 31 de dezembro de 2012 (Em 31 de dezembro de 2011 não havia provisão). A controlada Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento.

A controlada Bandeirante possui outras contingências fiscais no montante aproximado de R\$ 167.977 em 31 de dezembro de 2012 (R\$145.121 em 31 de dezembro de 2011), referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT nº 26/02 (impostos sobre RTE).

A controlada Bandeirante ajuizou medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nº 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025-69. Os advogados externos que patrocinam a ação classificaram a contingência referente aos encargos como perda possível. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 102.485. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso aos Tribunais Superiores.

Escelsa

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R\$7.401 em 31 de dezembro de 2012 (R\$9.205 em 31 de dezembro de 2011) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A controlada Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$9.363 em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.654 em 31 de dezembro de 2011) e aguardam decisão em primeira instância.

A controlada Escelsa possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT nº 26/02 (impostos sobre RTE), que somam R\$102.670 em 31 de dezembro de 2012 (R\$78.209 em 31 de dezembro de 2011).

EDP Comercializadora

A controlada EDP Comercializadora discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R\$16.165 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.296 em 31 de dezembro de 2011) está garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização dos débitos do Estado de Minas Gerais.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R\$13.044 em 31 de dezembro de 2012 (R\$10.915 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.1.2.4 Outros

Referem-se a contingência descrita na nota 26.1.1.4

26.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, nas controladas Bandeirante, Escelsa, Energest, Escelsapar, Investco e Lajeado existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$29.391 (R\$27.725 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada Bandeirante, através do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentença favorável, sendo que em um dos casos já houve julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi confirmada a sentença favorável às Distribuidoras. No segundo caso, aguarda-se conclusão do julgamento de 2ª instância. A Companhia e seus consultores externos avaliam o caso como perda remota. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012, nos termos dos Decretos, é de R\$ 117.031.

26.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$22.067 em 31 de dezembro de 2012 (R\$37.528 em 31 de dezembro de 2011) refere-se basicamente a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e operação das usinas de geração, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

26.3 Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra da ECE Participações pela CEJA e da transferência dos 10% adicionais da concessão UHE Jari para a ECE, foram acordadas contraprestações contingentes com os ex-proprietários. Até 31 de dezembro de 2012 foi pago, pela CEJA e ECE, o montante de R\$96.011 referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI. Permanecendo em aberto o montante de R\$21.843 (CEJA) e R\$2.427 (ECE), referentes a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS Nº 53, de 6 de julho de 2001 e R\$5.422 (CEJA) referente a celebração pela Companhia do CCEAR de 2010 com a respectiva contraparte relativa ao percentual de 1,99% da energia elétrica vendida no leilão 004/2010.

A controlada indireta ECE Participações, encontra-se em fase pré-operacional e apresentou prejuízo no período de R\$8.371

27 Patrimônio Líquido

27.1 Capital social

O Capital social da Companhia é de R\$3.182.716, totalmente subscrito, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 de ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir

Acionista	31/12/2012		31/12/2011		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1) (2)	168.185.223	35,31	38.234.188	24,08	sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1) (2)	74.786.742	15,70	24.928.914	15,70	sim
EDP - Energias de Portugal, S.A. (2)			17.827.553	11,23	
Conselheiros e Diretores	48		57		
Ações em tesouraria (4)	840.675	0,18	280.225	0,18	
Outros (3)	232.602.924	48,81	77.534.267	48,81	
Total	476.415.612	100,00	158.805.204	100,00	

(1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.

(2) Empresa de controle estrangeiro.

(3) Há 232.602.924 ações em circulação do total de 476.415.612, ou seja, cerca de 48,81% do total de ações.

(4) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

Em 10 de abril de 2012, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	242.971.965	51,01	80.990.655	51,01
Quantidade de ações tesouraria	840.675	0,18	280.225	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	48		57	
Total de ações que não estão em circulação	243.812.688		81.270.937	
Total de ações	476.415.612		158.805.204	
Total de ações em circulação	232.602.924	48,81	77.534.267	48,81

Em 18 de julho de 2011, a EDP - Energias de Portugal, acionista controladora da Companhia, concluiu o processo de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da sua controlada EDP - Energias do Brasil e de sua titularidade, que resultou na venda de 21.911.460 ações, reduzindo sua participação atual de 64,80% para 51,00% do capital da EDP - Energias do Brasil.

Desdobramento de Ações EDP

Em 10 de abril de 2012, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias representativas do capital social de forma que cada ação ordinária do capital social passa a ser representada por 3 (três) ações da mesma espécie e com os mesmos direitos políticos e econômicos da ação desdobrada, para cada ação existente na data da AGOE.

O desdobramento tem como intuito estimular a ampliação e diversificação da estrutura acionária da Companhia, objetivando, da mesma forma, o aumento da liquidez das ações negociadas na BM&FBOVESPA.

A instituição financeira custodiante das ações escriturais da Companhia – Itaú Corretora de Valores S.A. será responsável pelo crédito automático das novas ações na conta dos acionistas da Companhia, na proporção das ações inscritas nos registros de ações na data da realização da Assembleia Geral.

Em cumprimento do CPC 41 - Resultado por Ação, parágrafo 64, determina que a alteração efetuada na quantidade de ações, os cálculos por ação destas demonstrações e de quaisquer demonstrações contábeis de períodos anteriores apresentados devem ser divulgados no novo número de ações.

Alteração de participação acionária

Conforme comunicado ao mercado de 9 de agosto de 2012, a acionista controladora da Companhia, EDP Energias de Portugal (EDP Portugal), detentora diretamente de 53.482.659 ações (11,23%) do capital da Companhia, e indiretamente de 189.489.306 ações (39,77%) do capital da Companhia, através de suas empresas controladas Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Ltda. (EDP I&S) e Balwerk - Consultadoria Econômica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda. (Balwerk), com respectivas participações no capital social da Companhia de 114.702.564 ações (24,08%), e 74.786.742 ações (15,70%), realizou transferência da totalidade de sua participação direta na Companhia para a EDP I&S.

Como consequência da transferência realizada, as participações acionárias na Companhia antes detidas diretamente pela EDP Portugal passam a ser detidas pela EDP Portugal através de sua controlada EDP I&S, a qual será titular de 168.185.223 ações, representativas de 35,30% do capital da Companhia.

Referida alteração da participação societária não visa, nem resulta, em qualquer alteração do controle acionário da Companhia, uma vez que a EDP Portugal mantém-se como controladora da Companhia, mantendo participação total indireta de 51,00% do seu capital social votante e total.

27.2 Destinação do lucro

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propõe o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$239.249 e JSCP no valor de R\$131.000 referentes ao exercício de 2011 a serem pagos no decorrer do exercício de 2012, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	341.644
Constituição da reserva legal - 5%	(17.082)
	324.562
Destinação do lucro:	324.562
Dividendos intermediários - JSCP	130.422
Dividendo adicional proposto	194.140
Quantidade de ações	476.415.612
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,27424

27.3 Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.250	60.250
Outras reservas de capital	48.942	
	144.540	95.598
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.612	8.319
Hedge de fluxos de caixa	(83.976)	(77.706)
IRPJ/CSLL diferidos	26.643	23.591
	(51.721)	(45.796)
Reservas de lucros		
Legal	175.940	158.858
Retenção de lucros	824.342	981.003
Dividendo adicional proposto	194.140	239.249
	1.194.422	1.379.110
Total	1.287.241	1.428.912

A Companhia, além da destinação integral do lucro líquido do exercício, irá destinar dividendos adicionais no montante de R\$45.687, utilizando resultados de exercícios anteriores retidos nas reservas de Retenção de lucros.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

27.3.2 Outros resultados abrangentes

A movimentação de outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Transferên- cia para Reserva de lucros	Saldo em 31/12/2012
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	22		19.542	(256.907)	80.705	156.660	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	37	5.491		(2.707)	919		3.703
Hedge de fluxos de caixa	2.2 "x" e 21	(51.286)		(6.270)	2.132		(55.424)
		(45.795)	19.542	(265.884)	83.756	156.660	(51.721)

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram revertidos para o resultado R\$12.540 referente ao hedge de fluxo de caixa.

27.4 Participações de não controladores

Os não controladores correspondem à participação que outros acionistas detêm sobre as nossas controladas. O saldo inclui partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

27.4.1 Partes beneficiárias

A controlada Lajeado, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração nos Estatutos, criando 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária e, 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a controlada Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela controlada Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem com as partes beneficiárias foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Eletrobrás. O saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$451.376.

O prazo de duração das partes beneficiárias é de até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela controlada Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da controlada Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

28 Dividendos – Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bandeirante	34.819	48.907				
Escelsa	38.099	38.066				
Energest	23.168	47.048				
EDP Comercializadora	9.298	5.599				
Enerpeixe	37.791	26.520				
Investco					13.601	6.937
Lajeado	39.868	41.451				
Evrecy		428				
Acionistas - Energias do Brasil			113.393	115.631	113.392	115.631
Eletrobrás					46.382	49.344
Governo de Tocantins					2.903	3.020
Furnas Centrais Elétricas S.A.					25.194	17.680
Total	183.043	208.019	113.393	115.631	201.472	192.612

Os dividendos serão recebidos até 31 de dezembro de 2012.

29 Receita

	Controladora	
	R\$ 2012	R\$ 2011
Outras receitas operacionais	1.961	1.384
Subtotal	1.961	1.384
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(126)	
ISS	(58)	
Receita	1.777	1.384

A receita refere-se basicamente a contratos de serviços de consultoria prestados a EDP Renováveis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	Reclassificado					
Fornecimento (**)						
Residencial	2.494.001	2.412.583	5.337.635	5.127.530	1.889.672	1.737.468
Industrial	23.210	22.777	4.084.633	4.289.840	1.105.923	1.138.932
Comercial	223.870	209.260	3.328.179	3.044.384	1.069.358	950.341
Rural	168.664	163.608	707.151	665.734	149.622	132.677
Poder público	18.506	18.105	567.339	528.627	198.030	177.039
Iluminação pública	2.686	2.553	549.853	528.320	101.623	94.287
Serviço público	2.434	2.317	474.590	439.975	106.377	97.966
Consumo próprio	341	306	14.419	12.937		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(2.387.275)	(2.215.330)
Fornecimento não faturado					39.211	11.194
	2.933.712	2.831.509	15.063.799	14.637.347	2.272.541	2.124.574
Suprimento de Energia elétrica	8	13	8.808.905	8.880.034	648.212	601.092
Energia de curto prazo	1		499.877	972.267	152.490	53.564
Comercialização					1.486.789	933.357
	9	13	9.308.782	9.852.301	2.287.491	1.588.013
Total Fornecimento e suprimento	2.933.721	2.831.522	24.372.581	24.489.648	4.560.032	3.712.587
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão	207	145	9.305.188	9.413.934	3.053.388	2.872.194
TUSD - outros	207	145	9.305.188	9.413.934	661.071	649.513
TUSD - clientes cativos					2.387.275	2.215.330
TUSD - não faturado					(3.005)	882
TUST					8.047	6.469
Receita de construção					235.736	303.747
Outras receitas operacionais					282.746	238.734
Subtotal	2.933.928	2.831.667	33.677.769	33.903.582	8.131.902	7.127.262
(-) Deduções à receita operacional						
P&D					(51.559)	(48.558)
Outros encargos					(55.858)	(48.821)
CCC					(292.100)	(298.906)
CDE					(244.739)	(223.282)
RGR					(53.272)	(41.244)
PIS/COFINS					(862.758)	(758.063)
ICMS					(3.197)	(2.140)
ISS					(1.136)	(839)
Receita	2.933.928	2.831.667	33.677.769	33.903.582	6.567.283	5.705.409

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) A receita de fornecimento é apresentada líquida de ICMS.

29.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente - Bandeirante

A ANEEL através da REN nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, determinou a contabilização como Obrigações especiais anteriormente registrado como Receita operacional em curso dos valores provenientes e por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da Companhia, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais.

Não obstante a essa determinação a Companhia, por meio da Abradee, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADÉE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

No dia 19 de junho de 2012, o Juiz Convocado junto ao TRF-1, concedeu efeito suspensivo a Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é remota, no entanto, a Companhia efetuou o registro contábil da Obrigação Especial. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$50.132 (R\$7.287 em 31 de dezembro de 2011).

30 Gastos operacionais

	Controladora				2011
	2012				
	Despesas operacionais				
	Gerais e administrativas				
	Com vendas	Outras	Total	Total	
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	36.519		36.519	23.618	
Material	1.580		1.580	457	
Serviços de terceiros	29.646		29.646	23.980	
Depreciação	6.064		6.064	348	
Amortização	145		145	11.844	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		2.471	2.471	(1.988)	
Aluguéis e arrendamentos	3.673		3.673	2.609	
Outras	484	(21.895)	(7.439)	7.917	
Total	484	55.732	16.443	72.659	
				68.785	

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	2012							2011
	Custo do serviço				Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	da produção	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
								Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaipu	433.851							433.851
Moeda nacional	3.065.692							3.065.692
Encargos de uso da rede elétrica	737.216							737.216
Taxa de fiscalização							14.405	14.405
Compensações financeiras							39.079	39.079
Custo da matéria prima consumida		5.533						5.533
	4.236.759	5.533	-	-	-	-	53.484	4.295.776
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			189.407	490		132.339		322.236
Material			21.714	1.630		5.371		28.715
Serviços de terceiros			208.465	5.606	7	146.770		360.848
Depreciação			96.313			26.645		122.958
Amortização			177.618			39.841		217.459
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas					9.640			9.640
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							27.836	27.836
Aluguéis e arrendamentos			676	5		12.808		13.489
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							19.138	19.138
Valor justo do ativo financeiro indenizável							(102.439)	(102.439)
Custo com construção da infraestrutura				235.736				235.736
Outras			12.849	25	2.180	8.295	19.482	42.831
	-	-	707.042	243.492	11.827	372.069	(35.983)	1.298.447
Total	4.236.759	5.533	707.042	243.492	11.827	372.069	17.501	5.594.223

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	12.676	15.223	46.524	68.474
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	1.351	275	85.998	77.529
Operações de swap e hedge			8.859	
Atualização monetária depósitos judiciais			3.141	2.561
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS			6.026	8.044
Atualização monetária contratos de mútuo	6.108	8.600		
Variações monetárias moeda nacional			103	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	5.092	5.690	22.823	20.024
Marcação a mercado - MTM			807	
Variações monetárias moeda estrangeira			7	
Descontos obtidos			1.314	1.000
Ajustes a valor presente	903	831	(3.253)	3.374
Remuneração das ações preferenciais				4.720
Multa contratual			1.700	
Outras receitas financeiras	955	28	17.913	24.530
	27.085	30.647	191.962	210.256
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(4.266)	(240)
Juros e multa sobre impostos		(11)	(145)	(11)
Encargos de dívidas	(11.158)	(21)	(330.700)	(312.023)
Variações monetárias moeda nacional			(3.364)	(4.084)
Variações monetárias moeda estrangeira			(39.394)	(51.613)
Atualização monetária de licenças ambientais			(1.631)	(1.012)
Juros e multa sobre ICMS			(756)	(1.261)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais			(2.953)	(2.717)
Operações de swap e hedge			(3.582)	(11.515)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.178)	(4.120)	(27.831)	(68.567)
SELIC - Energia Livre			(5.006)	(6.136)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários	(10.497)	(12.808)	(10.497)	(12.808)
Atualizações monetárias - REFIS	(3.172)	(8.393)	(10.356)	1.179
Marcação a mercado - MTM				(239)
Ajustes a valor presente				(1.184)
Atualização monetária contratos de mútuo			1.986	791
Atualização monetária uso do bem público			(32.245)	(38.138)
Ajuste a valor presente uso do bem público			217	3.923
Benefícios pós-emprego			(26.870)	(21.481)
(-) Juros capitalizados			105.312	88.088
Outras despesas financeiras	(19.816)	(18.925)	(45.591)	(54.651)
	(49.821)	(44.278)	(437.672)	(493.699)
Total	(22.736)	(13.631)	(245.710)	(283.443)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	342.887	488.919	342.887	488.919	724.451	905.010	724.451	905.010
Aliquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(85.722)	(122.230)	(30.860)	(44.003)	(181.113)	(226.253)	(65.201)	(81.451)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(503)	(275)	(181)	(99)	(1.310)	(923)	(472)	(332)
Perdas indedutíveis	(68)	(43)	(25)	(15)	(5.978)	(7.273)	(2.153)	(2.616)
Multas indedutíveis	(5)	(1)	(2)		(26)	(26)	(9)	(9)
Despesas indedutíveis					(391)	(471)	(141)	(170)
Gratificações a administradores	(333)	(102)	(120)	(37)	(857)	(635)	(310)	(228)
Pesquisa e desenvolvimento						715		257
Resultados de equivalência patrimonial	109.126	142.460	39.286	51.285	(725)	(847)	(261)	(306)
Partes beneficiárias						(4.903)		(1.765)
Programa REFIS		(1.011)		(364)		4.463		1.606
Juros sobre o capital próprio	(19.046)	(16.870)	(6.855)	(6.073)	55.996	54.187	20.161	19.508
Outras					(799)	(138)	(293)	(85)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos					(28.786)	(3.618)	(10.491)	(1.302)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(4.382)	(626)	(1.577)	(225)	(15.406)	(5.931)	(5.546)	(2.132)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior					1.020	883	453	354
Ajuste lucro presumido					14.497	9.517	4.866	3.100
Adicional IRPJ	24	24			409	302		
PAT					585	329		
Lei Rouanet					1.223	2.220		
Desporto					160			
FIA					178			
SUDENE/ ADA					29.805	30.635		
Despesa de IRPJ e CSLL	(909)	1.326	(334)	469	(131.518)	(147.767)	(59.397)	(65.571)
Aliquota efetiva	0,27%	-0,27%	0,10%	-0,10%	18,15%	16,33%	8,20%	7,25%

33 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Para o exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	341.644	490.714	341.644	490.714
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	475.575	475.575	475.575	475.575
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,71838	1,03183	0,71838	1,03183

O desdobramento das ações, ocorrido em 10 de abril de 2012 conforme mencionado na nota 27.1, sem alteração do valor do capital social, foi considerado no cálculo do resultado por ação do ano de ocorrência do evento, bem como para o exercício anterior para fins de comparação.

34 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e posteriores alterações, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

34.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

34.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

Controladora				
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	99.054	230.222	99.054	230.222
Títulos a receber	3.402	1.121	3.402	1.121
Partes relacionadas	10.698	15.638	10.698	15.638
Cauções e depósitos vinculados	222	222	222	222
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.806	33.011	19.806	33.011
Não circulante				
Títulos a receber	20.602	21.018	20.602	21.018
Partes relacionadas	153.771	73.441	153.771	73.441
	<u>307.555</u>	<u>374.673</u>	<u>307.555</u>	<u>374.673</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.897	6.446	7.897	6.446
Não circulante				
Debêntures	460.674		460.674	
Partes relacionadas	768	109	768	109
	<u>469.339</u>	<u>6.555</u>	<u>469.339</u>	<u>6.555</u>
Consolidado				
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	572.378	895.868	572.378	895.868
Títulos a receber	4.530	4.165	4.530	4.165
Ativo financeiro indenizável		797		797
Consumidores e concessionárias	1.352.308	963.226	1.352.308	963.226
Partes relacionadas	359		359	
Cauções e depósitos vinculados	24.856	53.969	24.856	53.969
Rendas a receber	6.150	4.825	6.150	4.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.806	33.011	19.806	33.011
Outros créditos - Derivativos		2.783		2.783
Não circulante				
Títulos a receber	21.324	23.897	21.324	23.897
Ativo financeiro indenizável	690.278	482.285	690.278	482.285
Consumidores e concessionárias	40.294	63.657	40.294	63.657
Partes relacionadas	69.488	2.223	69.488	2.223
Cauções e depósitos vinculados	48.939	12.821	48.939	12.821
Outros créditos - Derivativos	12.594		12.594	
	<u>2.863.304</u>	<u>2.543.527</u>	<u>2.863.304</u>	<u>2.543.527</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.033.443	703.742	1.033.442	703.742
Debêntures	435.535	107.923	435.535	107.923
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	350.519	389.057	348.653	392.881
Derivativos	16.553	78.917	16.553	78.917
Uso do bem público	28.435	20.184	21.953	20.184
Não circulante				
Debêntures	1.052.633	860.637	1.052.633	860.637
Empréstimos e financiamentos	2.376.902	2.075.682	2.355.258	2.108.032
Derivativos	72.196	65.196	72.196	65.196
Uso do bem público	242.140	231.139	242.140	231.139
	<u>5.608.356</u>	<u>4.532.477</u>	<u>5.578.363</u>	<u>4.568.651</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Os Títulos a receber são constituídos por Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão da controlada Investco) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

As controladas Bandeirante e Escelsa reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Para Consumidores e concessionárias o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 21 e das operações de energia de curto prazo na CCEE para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos vinculados a dívida com o BNDES das controladas Santa Fé, Pantanal e Enerpeixe.

As ações do grupo Rede Energia são registradas como disponível para venda e marcadas a mercado através da cotação Bovespa. (Nota 37)

Outros créditos (Passivos) - Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 34.6 de Instrumentos financeiros derivativos. São compostos por *hedge* de fluxo de caixa de Pecém, Escelsa e Bandeirante.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com taxas definidas pelo mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As Debêntures, Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e contratos de mútuos e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para as controladas Enerpeixe e Investco.

Classificação dos instrumentos financeiros:

Controladora										
31/12/2012						31/12/2011				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Ativos financeiros										
Caixa e equivalentes de caixa		99.054			99.054		230.222			230.222
Titulos a receber	24.004				24.004	22.139				22.139
Cauções e depósitos vinculados			222		222			222		222
Ativos financeiros disponíveis para venda				19.806	19.806				33.011	33.011
Partes relacionadas	164.469				164.469	89.079				89.079
	<u>188.473</u>	<u>99.054</u>	<u>222</u>	<u>19.806</u>	<u>307.555</u>	<u>111.218</u>	<u>230.222</u>	<u>222</u>	<u>33.011</u>	<u>374.673</u>
	31/12/2012		31/12/2011			31/12/2012		31/12/2011		
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total		Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total	
Passivos financeiros										
Fornecedores	7.897	7.897	6.446	6.446						
Debêntures	460.674	460.674	-	-						
Partes relacionadas	768	768	109	109						
	<u>469.339</u>	<u>469.339</u>	<u>6.555</u>	<u>6.555</u>						
Consolidado										
31/12/2012						31/12/2011				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Ativos financeiros										
Caixa e equivalentes de caixa		572.378			572.378		895.868			895.868
Rendas a receber	6.150				6.150					-
Titulos a receber	25.854				25.854	28.062				28.062
Ativo financeiro indenizável				690.278	690.278	483.082				483.082
Consumidores e concessionárias	1.392.602				1.392.602	1.031.708				1.031.708
Cauções e depósitos vinculados			73.796		73.796			66.790		66.790
Ativos financeiros disponíveis para venda				19.806	19.806				33.011	33.011
Partes relacionadas	69.847				69.847	2.223				2.223
Outros créditos - derivativos		12.594			12.594		2.783			2.783
	<u>1.494.453</u>	<u>584.972</u>	<u>73.796</u>	<u>710.084</u>	<u>2.863.305</u>	<u>1.545.075</u>	<u>898.651</u>	<u>66.790</u>	<u>33.011</u>	<u>2.543.527</u>
	31/12/2012		31/12/2011			31/12/2012		31/12/2011		
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total		Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total	
Passivos financeiros										
Fornecedores	1.033.442	1.033.442			703.742	703.742				
Debêntures	1.488.168	1.488.168			968.560	968.560				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.792.660	2.792.660			2.500.913	2.500.913				
Derivativos		-		144.113			144.113			
Uso do bem público	264.093	264.093			251.323	251.323				
	<u>5.578.363</u>	<u>5.578.363</u>	<u>144.113</u>	<u>4.424.538</u>	<u>4.568.651</u>					

Em 2012, as distribuidoras Bandeirante e Escelsa reclassificaram a rubrica Ativo financeiro indenizável da categoria empréstimos e recebíveis para a categoria disponível para venda. Este instrumento financeiro é o direito a indenização ao término da concessão (Nota 15).

A mensuração foi realizada a partir do laudo de avaliação desses ativos emitido pelo Poder Concedente. Dessa forma o ativo passou a ser medido pelo valor justo, anteriormente avaliado pelo custo amortizado.

As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

Para as demais controladas não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Controladora				
Mensuração do valor justo				
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	99.054	62.025	37.029	
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.806	19.806		
	<u>118.860</u>	<u>81.831</u>	<u>37.029</u>	
Consolidado				
Mensuração do valor justo				
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Mercados similares Nível 3
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	572.378	310.153	262.225	
Ativo financeiro indenizável	690.278			690.278
Cauções e depósitos vinculados	649		649	
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.806	19.806		
Outros créditos - Derivativos	43.600		43.600	
	<u>1.326.711</u>	<u>329.959</u>	<u>306.474</u>	<u>690.278</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	124.489		124.489	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.103.533		1.103.533	
Derivativos	88.749		88.749	
Partes relacionadas	133.489		133.489	
	<u>1.450.260</u>	<u>-</u>	<u>1.450.260</u>	<u>-</u>

34.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 21, possuem como contraparte o BEI, o BNDES, o BID, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao dólar e à Libor.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores.

Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* e *swaps* para controlar todas as exposições à variação cambial e de juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

34.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Controladora									
Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.100			2.100	525	1.050	(525)	(1.050)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(39.063)	(3.340)		(42.403)	(10.130)	(20.086)	10.311	20.810
		(36.963)	(3.340)	-	(40.303)	(9.605)	(19.036)	9.786	19.760
Consolidado									
Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	10.823	1.709		12.532	6.818	13.579	(6.891)	(13.849)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(149.002)	(112.139)		(261.141)	(58.299)	(115.880)	59.047	118.873
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(5.632)	(22.038)	(444)	(28.114)	(7.029)	(14.057)	7.029	14.057
		(143.811)	(132.468)	(444)	(276.723)	(58.509)	(116.358)	59.184	119.081
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(104.201)	(328.003)	(236.883)	(669.087)	(105.369)	(210.088)	105.286	209.754
		(104.201)	(328.003)	(236.883)	(669.087)	(105.369)	(210.088)	105.286	209.754
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	Dólar					(119.252)	(238.504)	119.252	238.504
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	(152)	(4.781)		(4.933)	78.594	157.188	(78.594)	(157.188)
		(152)	(4.781)	-	(4.933)	(40.658)	(81.316)	40.658	81.316
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	Libor - 6M	(12.892)	(63.714)	(33.401)	(110.007)	(8.682)	(17.364)	8.682	17.364
Instrumentos financeiros derivativos	Libor - 6M	(14.635)	(24.952)	(16.534)	(56.121)	(15.222)	(30.445)	15.222	30.445
		(27.527)	(88.666)	(49.935)	(166.128)	(23.904)	(47.809)	23.904	47.809

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de suas controladas (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,55% e 4,55%; e Dólar entre 1,81 e 1,85.

34.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 21.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 20. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 15). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

34.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas, Bandeirante e Escelsa, ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das companhias, pode-se levar em face a composição de 8,65% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as companhias realizam métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

34.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Todas as operações de *hedge* de fluxo de caixa são da controlada em conjunto Porto do Pecém, enquanto os *swaps* são das controladas Bandeirante e Escelsa. Os derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 estão registrados contabilmente pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos das controladas e controladas em conjunto, foram registradas no resultado.

A operação de *hedge* qualificada para a contabilidade de cobertura da controlada em conjunto Porto do Pecém é constituída pela compra de uma NDF no valor de USD327.000 vencendo em 1º de outubro de 2012, com a finalidade de cobrir o pagamento de dívida em dólares junto ao BID. Em 25 de setembro de 2012 houve a liquidação da NDF no valor de R\$128.274. Na mesma data, ocorreu a contratação de NDFs no valor de USD327.000 para refazer a estrutura de *hedge* de fluxo de caixa. As NDFs foram contratadas com vencimentos até 15 de maio de 2015.

O Instrumento derivativo qualificado como proteção do fluxo de caixa foi feito pela efetividade de cobertura observado na contratação, bem como através de avaliações subsequentes de efetividade.

As alterações no valor justo do Instrumento derivativo designado como proteção do fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido, proporcionalmente a participação na controlada em conjunto.

O valor justo dos derivativos da controlada em conjunto Porto do Pecém e das controladas Bandeirante e Escelsa são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado							
Instrumentos financeiros derivativos							
		31/12/2012			31/12/2011		
	Companhia	Hedge de fluxo de caixa	SWAPS	Total	Hedge de fluxo de caixa	SWAPS	Total
Ponta ativa							
Libor + 1,275% a.a.	Escelsa		40.368	40.368			-
Libor + 1,275% a.a.	Bandeirante		40.368	40.368			-
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		-	-		1.221	1.221
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		-	-		214	214
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		-	-		766	766
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		-	-		613	613
Var. US\$ + Libor	Porto do Pecem	183.200		183.200	174.642		174.642
Var. US\$ + Libor	Porto do Pecem	139.841		139.841	131.601		131.601
		323.041	80.736	403.777	306.243	2.814	309.057
Ponta passiva							
93,40% do CDI	Escelsa		34.881	34.881			-
93,40% do CDI	Bandeirante		34.881	34.881			-
104,69% do CDI	Bandeirante		-	-		2.450	2.450
118,94% do CDI	Bandeirante		-	-		816	816
109,70% do CDI	Bandeirante		-	-		1.324	1.324
109,50% do CDI	Bandeirante		-	-		934	934
Var. US\$ + 5,79% a.a.	Porto do Pecem	226.442		226.442	212.227		212.227
Var. US\$ + 5,82% a.a.	Porto do Pecem	180.416		180.416	166.363		166.363
R\$	Porto do Pecem	4.932		4.932	69.017		69.017
US\$	Porto do Pecem			-	17		17
R\$	Porto do Pecem			-	22		22
		411.790	69.762	481.552	447.646	5.524	453.170
Total		(88.749)	10.974	(77.775)	(141.403)	(2.710)	(144.113)

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são:

Consolidado				
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos				
	31/12/2012		31/12/2011	
	Resultado financeiro	Patrimônio líquido	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais	4.926	(24.989)	(9.701)	(27.606)
Riscos de taxas de juros e moeda	(9.741)	(30.435)	(3.389)	(23.680)
Total	(4.815)	(55.424)	(13.090)	(51.286)

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Consolidado	
Vencimento	Derivativos líquidos
2013	(16.555)
2014	(18.364)
Após 2014	(42.856)
Receber/ (pagar)	<u>(77.775)</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Posição	Consolidado							
					Nacional US\$/EUR		Nacional R\$/US\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Swap												
Ativo	Escelsa	Banco Goldman Sachs	9/2/2012	Libor 6M + 1,275 % a.a.	19.740		34.071		40.368		4.588	
Passivo			20/2/2018	93,40% do CDI					34.881			
									5.487	-	4.588	-
Ativo	Bandeirante	Banco Goldman Sachs	9/2/2012	Libor 6M + 1,275 % a.a.	19.740		34.071		40.368		4.588	
Passivo			20/2/2018	93,40% do CDI					34.881			
									5.487	-	4.588	-
Ativo	Bandeirante	Banco Citibank	19/3/2004	Libor + 4,375 % a.a.		651		1.897		1.221	(97)	403
Passivo			14/2/2012	104,69% do CDI					2.450	32	716	
									-	(1.229)	(129)	(313)
Ativo	Bandeirante	Banco Citibank	14/12/2004	Libor + 4,375 % a.a.		244		676		214	(36)	8
Passivo			14/2/2012	118,94% do CDI					816	12	545	
									-	(602)	(48)	(537)
Ativo	Bandeirante	Banco JP Morgan	5/4/2006	Libor + 4,375 % a.a.		407		1.174		766	(59)	187
Passivo			14/2/2012	109,70% do CDI					1.324	19	522	
									-	(558)	(78)	(335)
Ativo	Bandeirante	Banco JP Morgan	5/4/2006	Libor + 4,375 % a.a.		325		846		613	(49)	150
Passivo			14/2/2012	109,50% do CDI					934	13	369	
									-	(321)	(62)	(219)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor	89.505		182.904		183.200	174.642		
Passivo			01/10/2021	Var. USD + 5,79% a.a.					226.442	212.227	5.447	1.399
									(43.242)	(37.585)	(5.447)	(1.399)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor	68.322		139.615		139.841	131.601		
Passivo			01/10/2024	Var. USD + 5,82% a.a.					180.416	166.363	4.294	1.432
									(40.575)	(34.762)	(4.294)	(1.432)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	16/11/2009	100% Libor								
Passivo			16/11/2011	100% USD + 2,0895% a.a								(1.205)
												-
NDF												
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	17/10/2007	USD						69.017	(914)	10.102
Vendida			16/11/2011	R\$						(69.017)	914	(10.102)
										-		
					Nacional EUR		Nacional USD					
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011				
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	30/06/2009	EUR					1.713		1.713	
Vendida			16/01/2012	R\$	54.784		111.950		(1.713)	-	(1.713)	-
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR					807	17	715	(64)
Vendida			16/01/2012	USD	31.795		64.973		(807)	(17)	(715)	64
					Nacional EUR		Nacional R\$					
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011				
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR					2.412	22	2.412	22
Vendida			16/01/2012	R\$	72.392		147.932		(2.412)	(22)	(2.412)	(22)

34.7 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Nota	Consolidado	
		2012	2011
Total dos empréstimos e debêntures	20 e 21	4.280.828	3.613.586
Menos: caixa e equivalentes de caixa	4	(572.378)	(895.868)
Dívida líquida		3.708.450	2.717.718
Total do Patrimônio Líquido		6.350.203	6.547.638
Total do capital		10.058.653	9.265.356
Índice de alavancagem financeira - %		36,87	29,33

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

35 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. No exercício as atividades que não envolveram movimentação de caixa das controladas e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, seguem:

O montante de R\$4.138 da controlada em conjunto Porto do Pecém refere-se a movimentação do *hedge* de fluxo de caixa que não havia sido pago em caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012.

A controlada ECE Participações realizou a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$78.300

As controladas Companhia Energética do Jari e ECE Participações e a controlada em conjunto Porto do Pecém realizaram a capitalização de encargos de dívidas ao Imobilizado no valor de R\$96.409.

As controladas Bandeirante e Escelsa realizaram a capitalização de encargos de dívidas ao Intangível no valor de R\$8.903.

36 Compromissos contratuais e Garantias

36.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Controladora				
		31/12/2012				
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos		
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	20 e 21	460.674		460.674		
Responsabilidades com locações operacionais		1.041	1.041			
Obrigações de compra		48.671	35.601	13.070		
		510.386	36.642	473.744		
		Consolidado				
		31/12/2012				
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	20 e 21	4.280.828	800.741	2.138.175	439.368	902.544
Responsabilidades com locações operacionais		71.337	40.744	30.308	285	
Obrigações de compra		38.591.372	4.866.279	9.318.720	6.396.812	18.009.561
Uso do bem público	25	264.093	21.953	39.261	34.290	168.589
Contraprestação contingente	26	29.692	29.692			
Licenças ambientais	26	22.067	12.664	9.403		
Desmantelamento	26	2.079				2.079
		43.261.468	5.772.073	11.535.867	6.870.755	19.082.773

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das companhias do Grupo.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor	Valor	Valor
Aval de acionista	39.724	19.610	400.547	217.244
Depósito Cauçionado	222	222	73.851	66.789
Fiança Bancária	95.893	7.879	502.759	237.680
Fiança Corporativa			1.050.424	890.911
Garantias em recebíveis			298.541	277.647
Notas Promissórias			1.151.803	1.292.197
Penhor de Ações			1.572.060	2.047.840
Seguro garantia	8.560		177.397	163.400
Penhor de Direitos			716.299	585.318

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na Controladora e no consolidado, em sua maioria, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Cauçionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras, em sua maioria com o BNDES, nota 11 .

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se aos depósitos para ações tributárias e judiciais. No consolidado, em sua maioria, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na Controladora e no consolidado, em sua maioria, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. As fianças corporativas foram emitidas pela EDP Energias do Brasil e pela EDP Eletricidade de Portugal S.A para as controladas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua maioria, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua maioria, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Penhor de ações em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia das controladas Santa Fé, Enerpeixe, Investco e Porto do Pecém, pertencem à EDP - Energias do Brasil na proporção de sua participação.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se a garantia de participação LEILÃO 02/2012- CCEE. No consolidado, em sua maioria, refere-se a garantia de executante construtor.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, da UHE Assis Chateaubriand (Pantanal), UHE Peixe Angical (Enerpeixe) e PCH Francisco Gros (Santa Fé) compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

37 Ativos financeiros disponíveis para venda

Referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a Companhia tinha a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos a partir de 11 de setembro de 2008, ao preço de eventual oferta pública. Após este período, se a oferta pública não ocorresse a Companhia deveria exercer a opção de converter as ações em até um ano ao preço unitário fixo de R\$5,68.

Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A., tendo sido reconhecida um perda de marcação a mercado contra o resultado daquele exercício, o montante de R\$12.808, por contrapartida dos Outros resultados abrangentes.

A variação no saldo em 31 de dezembro de 2012, de R\$13.205 sendo reconhecida em Outros resultados abrangentes o montante de R\$2.707 e na Despesa financeira R\$10.497.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "*Holding*" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O resultado de equivalência patrimonial é integralmente eliminado na coluna "Eliminação".

38.1.1 Demonstração do Resultado

	2012					
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminação
Receitas	4.461.794	1.364.164	1.354.606	1.777	9.885	(624.943)
Custo do serviço de energia elétrica						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(2.450.866)	(335.308)	(1.308.184)			594.815
Encargos de uso da rede elétrica	(652.808)	(97.815)	(15.503)			28.910
	(3.103.674)	(433.123)	(1.323.687)	-	-	623.725
Custo da produção da energia elétrica						
Custo da matéria prima consumida		(6.149)				616
	-	(6.149)	-	-	-	616
Custo de operação						
Pessoal	(155.629)	(28.973)	(4.280)		(525)	(189.407)
Materiais e serviços de terceiros	(197.843)	(28.846)	(3.307)		(1.186)	(230.179)
Depreciações e amortizações	(170.849)	(103.026)	(56)			(273.931)
Outros custos de operação	(3.699)	(9.151)	(546)		(129)	(13.525)
	(528.020)	(169.996)	(8.189)	-	(1.840)	1.003
	(3.631.694)	(609.268)	(1.331.876)	-	(1.840)	625.344
Custo do serviço prestado a terceiros	(240.445)	(790)	(294)	-	(1.963)	-
Lucro bruto	589.655	754.106	22.436	1.777	6.082	401
Despesas e Receitas operacionais						
Despesas com vendas	(44.162)	(1.519)	34.363	(484)	(25)	(11.827)
Despesas gerais e administrativas	(189.616)	(58.587)	(6.764)	(49.523)	(1.093)	(305.583)
Depreciações e amortizações	(9.383)	(32.583)	(223)	(6.209)		(66.486)
Outras Despesas e Receitas operacionais	37.970	(42.574)	3.584	(16.443)	(38)	(17.501)
	(205.191)	(135.263)	30.960	(72.659)	(1.156)	(18.088)
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias	384.464	618.843	53.396	(70.882)	4.926	973.060
Resultado das participações societárias	-	-	-	436.505	-	(439.403)
Receitas financeiras	137.133	33.647	4.424	27.085	427	(10.754)
Despesas financeiras	(196.999)	(200.619)	(265)	(49.821)	(722)	10.754
Resultado financeiro	(59.866)	(166.972)	4.159	(22.736)	(295)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	324.598	451.871	57.555	342.887	4.631	(457.090)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.539)	(112.253)	(5.844)	(1.243)	(448)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.139)	22.607	(13.205)	-	-	6.149
	(86.678)	(89.646)	(19.049)	(1.243)	(448)	6.149
Resultado líquido do exercício	237.920	362.225	38.506	341.644	4.183	(450.941)
Atribuível aos acionistas controladores	237.920	312.947	38.506	341.644	4.183	(593.556)
Atribuível aos acionistas não controladores		49.278				142.615

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2011							
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
				Reclassificado			
Receitas	4.232.456	1.096.357	921.735	1.384	6.518	(553.041)	5.705.409
Custo do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(1.912.360)	(61.865)	(860.457)			531.860	(2.302.822)
Encargos de uso da rede elétrica	(568.800)	(88.455)	(14.381)			20.238	(651.398)
	(2.481.160)	(150.320)	(874.838)	-	-	552.098	(2.954.220)
Custo de operação							
Pessoal	(142.839)	(20.781)	(3.355)		(576)		(167.551)
Materiais e serviços de terceiros	(191.060)	(30.078)	(1.186)		(907)	545	(222.686)
Depreciações e amortizações	(161.704)	(99.414)	(76)				(261.194)
Outros custos de operação	(32.611)	(3.093)	(313)		(73)		(36.090)
	(528.214)	(153.366)	(4.930)	-	(1.556)	545	(687.521)
	(3.009.374)	(303.686)	(879.768)	-	(1.556)	552.643	(3.641.741)
Custo do serviço prestado a terceiros	(308.794)	(439)	(62)	-	-	-	(309.295)
Lucro bruto	914.288	792.232	41.905	1.384	4.962	(398)	1.754.373
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(36.111)	(860)	(3.424)	(1.430)			(41.825)
Despesas gerais e administrativas	(182.887)	(53.697)	(6.430)	(67.642)	(252)		(310.908)
Depreciações e amortizações	(9.036)	(62.821)	(346)	(12.192)			(84.395)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(102.089)	(36.089)	555	12.479	(122)		(125.266)
	(330.123)	(153.467)	(9.645)	(68.785)	(374)	-	(562.394)
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e paticipações societárias	584.165	638.765	32.260	(67.401)	4.588	(398)	1.191.979
Resultado das participações societárias		9.346		569.951		(582.779)	(3.482)
Receitas financeiras	134.678	48.819	4.916	30.647	630	(9.434)	210.256
Despesas financeiras	(265.554)	(190.265)	(2.216)	(44.278)	(820)	9.434	(493.699)
Resultado financeiro	(130.876)	(141.446)	2.700	(13.631)	(190)	-	(283.443)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	453.289	506.665	34.960	488.919	4.398	(583.177)	905.054
Imposto de renda e contribuição social correntes	(118.782)	(103.113)	(11.887)	(354)	(451)		(234.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.630)	26.105	625	2.149			21.249
	(126.412)	(77.008)	(11.262)	1.795	(451)	-	(213.338)
Resultado líquido do exercício	326.877	429.657	23.698	490.714	3.947	(583.177)	691.716
Atribuível aos acionistas controladores	326.877	471.308	23.698	490.714	3.947	(477.818)	838.726
Atribuível aos acionistas não controladores		(41.651)				(105.359)	(147.010)

38.1.2 Balanço Patrimonial

2012							
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.614.152	733.447	209.360	423.366	212	(261.876)	2.718.661
Ativo não circulante	1.432.778	387.126	7.599	396.277	4.322	(302.100)	1.926.002
Investimentos		1.326	200	4.392.502	520	(4.298.007)	96.541
Propriedades para investimentos	4.127						4.127
Imobilizado	197	5.778.490	1.181	5.004	3.638	471.020	6.259.530
Intangível	1.921.880	1.331.928	623	1.670	5.506	163.375	3.424.982
Passivo circulante	1.715.317	1.256.112	157.919	188.448	2.140	(253.821)	3.066.115
Passivo não circulante	1.847.407	2.765.692	248	567.028	5.302	(172.152)	5.013.525
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.410.410	4.210.513	60.796	4.463.343	6.756	(3.801.615)	6.350.203

2011							
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.569.745	637.134	146.423	584.987	19.140	(291.419)	2.666.010
Ativo não circulante	1.189.436	402.668	18.742	126.687	56.253	(105.601)	1.688.185
Investimentos		(461.806)		4.168.961	379.137	(4.053.396)	32.896
Propriedades para investimentos	4.186						4.186
Imobilizado	409	5.651.731	567	3.113	3.713		5.659.533
Intangível	2.023.102	1.378.405	650	856	5.344	156.786	3.565.143
Passivo circulante	1.656.058	911.083	112.173	181.191	118.582	(290.649)	2.688.438
Passivo não circulante	1.630.672	2.455.877	4.518	98.399	320.277	(129.866)	4.379.877
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.500.148	4.241.172	49.691	4.605.014	24.728	(3.873.115)	6.547.638

39 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Subestações		1.005.006
Usinas		4.805.437
Prédios e conteúdos (próprios)		63.994
Prédios e conteúdos (terceiros)	11.836	86.056
Responsabilidade civil	58.999	191.499
Transportes (materiais)		5.000
Transportes (veículos)	1.600	3.350
Acidentes pessoais	39.724	278.761

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Controladora, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$6.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de R\$12.680; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), com cobertura de R\$40.562, extensível as suas controladas.

Para as apólices dos itens (i) e (ii), estão seguradas a Controladora e as seguintes controladas: Bandeirante, Escelsa, Energest, Pantanal, Santa Fé, Ceneael, EDP Comercializadora e Investco.

40 Eventos Subsequentes

40.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12) - Escelsa e Bandeirante

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579/2012 que resultou na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Por sua vez, as concessionárias de transmissão, atingidas pela MP 579/12, terão considerados em sua tarifa, somente os custos de operação e manutenção, encargos e tributos, já que os ativos vinculados à prestação do serviço estarão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, as cotas da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e a Reserva Global de Reversão – RGR deixará de ser cobrada dos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

O Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013 estabeleceu uma maior abrangência para a aplicação dos recursos da CDE, os quais poderão ser utilizados para subsidiar os descontos tarifários previstos em lei, como a tarifa social baixa renda, rural, água, esgoto e saneamento, irrigantes, entre outros. Desse modo, a diferença auferida de receita, devido aos descontos concedidos, não será mais ressarcida por meio das tarifas dos demais consumidores.

Em 24 de janeiro de 2013 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia. Assim, simultaneamente serão reduzidos os custos não gerenciáveis e as tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras. Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- i) Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessões renovadas;
- ii) Redução dos custos de transmissão;
- iii) Redução dos encargos setoriais; e
- iv) Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP – Energias do Brasil – por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987/1995 – não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta.

40.2 As ações da EDP Energias do Brasil passam a integrar o índice Bovespa

Em 7 de janeiro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que as ações passaram a integrar o índice Bovespa com participação de 0,645%. A nova carteira do Ibovespa passa a ser composta por 69 ações. O Índice Bovespa ("Ibovespa") é um dos mais importantes indicadores de desempenho das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento dos papéis negociados na BM&FBOVESPA das empresas negociadas mais representativas da economia Brasileira.

40.3 BlackRock passa a deter 5,10% das ações ordinárias da Companhia

Conforme comunicado ao mercado em 11 de janeiro de 2013 a BlackRock passou a deter, no consolidado 24.329.252 (vinte e quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil e duzentas e cinquenta e duas) ações da Companhia, correspondente à 5,10% do seu capital social. A BlackRock declarou que esta participação nas ações da Companhia não visa nem resulta qualquer alteração do controle acionário da Companhia ou de sua estrutura administrativa e tem finalidade de investimento.

40.4 Captação de Empréstimos

Energest

Em 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2013, a controlada Energest assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$6.000 cada, totalizando R\$12.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 115,03% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em março e maio de 2013 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 2013, a controlada Energest assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$22.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Bandeirante

Em 5 de fevereiro de 2013, a controlada Bandeirante assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R\$20.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Em 5 de fevereiro de 2013, a controlada Bandeirante assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$20.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Empresa de Energia Cachoeira do Caldeirão

Em 14 de fevereiro de 2013 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado a celebração de contrato de empréstimo entre a Empresa de Energia Cachoeira do Caldeirão e o Banco do Brasil S.A, na modalidade Capital de Giro, no valor de R\$30.000. Sobre o valor contratado há incidência de juros de 109,00% do CDI com vencimento em 08 de março de 2013, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

Escelsa

Em 15 de fevereiro de 2013, a controlada Escelsa assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo nas modalidades de Crédito Rural e Agronegócio, no valor de R\$34.000 cada, totalizando R\$68.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 98,50% do CDI e de 105,50% do CDI, respectivamente, com principal e juros a vencer em única parcela em fevereiro de 2015.

EDP - Energias do Brasil

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R\$8.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Em 22 de fevereiro de 2013 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado a celebração de contrato de empréstimo entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A, no valor de R\$210.000. Sobre o valor contratado há incidência de juros de 107,1% do CDI com vencimento em 30 de abril de 2013. A liberação parcial do valor de R\$185.000 ocorreu em 26 de fevereiro de 2013.

40.5 UHE Mascarenhas inicia operação comercial de 2ª turbina

Em 08 de fevereiro de 2013, a ANEEL, através do Despacho n. 326, publicado em 14 de fevereiro de 2013, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora II, de 49,5 MW de potência instalada. A unidade geradora II esteve paralisada no período de 08 de fevereiro de 2012 a 08 de fevereiro de 2013 para repotenciação. Com a entrada em operação comercial da unidade geradora II, a UHE Mascarenhas que está localizada nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, finaliza o processo de repotenciação de suas quatro unidades geradoras. O projeto de repotenciação das 4 unidades geradoras acrescentou 17,5 MW, totalizando hoje 198 MW de potência instalada.

40.6 A Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I sincroniza ao Sistema Interligado Nacional

Em 20 de fevereiro de 2013, a Usina Termelétrica Energia Pecém I realizou a sincronização da unidade II com o Sistema Interligado Nacional. A sincronização e os testes em carga constituem a etapa final para a aprovação da Declaração de Operação Comercial (DOC).

40.7 Debêntures - Cachoeira Caldeirão S.A

Em 21 de fevereiro de 2013 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de sua controlada, a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., no valor total de R\$168.000 mediante a emissão de 16.800 debêntures, que farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu valor nominal unitário, correspondentes a 106,30% da taxa média diária de juros dos DI, incidentes desde a data de emissão, sobre as "Debêntures" e a "Remuneração".